

O Pontificado de São João Paulo II sob o signo da coerente aplicação do Vaticano II (O último parágrafo de GS 24: expressão da obra de aplicação do Concílio)

The Pontificate of St John Paul II under the sign of the consistent application of Vatican II (The last paragraph of GS 24: expression of the work of application of the Council)

DOM TARCISIO NASCENTES DOS SANTOS*

Resumo: A coerente aplicação do Concílio Vaticano II foi assumida por São João Paulo II, qual tarefa primordial de seu Pontificado; propósito sempre de novo reafirmado ao longo de todo seu ministério petrino. Pretende-se, precisamente, refletir sobre tal empenho papal, salientando que para o Papa, o terceiro e último parágrafo de *Gaudium et spes* 24 constitui, de certo modo, expressão da obra de aplicação do Concílio. Percorrendo, assim, seu longo pontificado, transcorrido sob o signo da coerente aplicação do Vaticano II, procura-se ainda, a partir de seus inúmeros textos – especialmente as Cartas Encíclicas de sua “Trilogia Trinitária” (*Redemptor hominis*, *Dives in misericordia* e *Dominum et Vivificantem*), as Alocuções sobre o Sínodo Extraordinário de 1985, convocado para celebrar os 20 anos do encerramento do Concílio e as Cartas Apostólicas relativas ao Jubileu do ano 2000 (*Tertio Millennio Adveniente* e *Novo Millennio Ineunte*) – colher, quer os critérios que, segundo ele, devem marcar a coerente atuação do Concílio, quer ainda, as três condições por ele indicadas para a renovação da Igreja, no espírito do Vaticano II: um correto conceito e exercício da liberdade na Igreja, o contínuo crescimento da solidariedade, “ad intra” e “ad extra”, uma autêntica conversão para Deus. Ofereceu-nos o fio condutor para nosso percurso um importante Discurso do Papa aos Cardeais, no final de seu primeiro ano de Pontificado.

Palavras-chave: Vaticano II. Coerente aplicação. GS 24. Obediência ao Concílio. Obediência ao Espírito. Resposta de fé.

* Dom Tarcisio Nascentes dos Santos é Bispo de Duque de Caxias - RJ, Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade de Santa Cruz (Roma). Contato: d.tarcisionascentes@gmail.com

Abstract: The consistent application of the Second Vatican Council was assumed by St. John Paul II as the primary task of his Pontificate; purpose always reaffirmed throughout his Petrine ministry. We intend precisely to reflect on this papal commitment, stressing that for the Pope, the third and last paragraph of *Gaudium et Spes* 24 is, in a certain way, an expression of the work of application of the Council. In this way, traversing his long pontificate, spent under the sign of the coherent application of the Vatican II, we aim, based on his numerous texts – especially the Encyclical Letters of his “Trinitarian Trilogy” (*Redemptor hominis*, *Dives in misericordia* and *Dominum et Vivificantem*); the Address on the Extraordinary Synod of 1985, convoked to celebrate the 20th anniversary of the conclusion of the Council; and the Apostolic Letters relating to the Jubilee of the year 2000 (*Tertio Millennio Adveniente* and *Tertio Millennio Ineunte*) – to collect both the criteria that, according to him, should mark the consistent performance of the Council, and the three conditions he indicated for the renewal of the Church in the spirit of the Vatican II: a correct concept and exercise of freedom in the Church; the continuous growth of solidarity, “ad intra” and “ad extra”; and an authentic conversion to God. An important Address by the Pope to the Cardinals, at the end of his first year of Pontificate, offered us the guideline for our journey.

Keywords: Vatican II; Consistent application; GS 24; Obedience to Council; Obedience to the Spirit; Faith response.

Introdução

São João Paulo II, que foi Padre conciliar, assumiu, qual linha diretriz fundamental de seu pontificado, a fidelidade ao Concílio Vaticano II e o empenho em atuá-lo. Propósito que assim expressou:

Não é porventura o Concílio a pedra miliar na história bimilenária da Igreja e, por reflexo, na história religiosa e até cultural do mundo? Mas ele, como não está encerrado só nos documentos, também não está concluído nas aplicações já realizadas nestes anos do assim chamado pós-Concílio. Consideramos, por isso, obrigação fundamental promover, com atividade prudente e ao mesmo tempo estimulante, a mais exata execução das normas e orientações do mesmo Concílio, favorecendo primeiramente a aquisição duma mentalidade adequada. Queremos dizer que é necessário primeiro estabelecer sintonia com o Concílio, para pôr em prática o que ele estabeleceu, para tornar explícito – mesmo à luz das sucessivas experiências feitas e em satisfação das exigências apresentadas por novas circunstâncias – aquilo que nele está implícito. É preciso, numa palavra, levar a que frutifiquem, no

sentido do movimento e da vida, as sementes fecundas que os Padres da Assembleia ecumênica, alimentados pela Palavra de Deus, lançaram no bom terreno (cf. Mt 13,8.23), isto é, os seus autorizados ensinamentos e as suas opções pastorais¹.

Diante da herança recebida – os pontificados de João XXIII e Paulo VI² e o Vaticano II³ – São João Paulo II se perguntava: “Como? De que maneira será conveniente prosseguir?” E a resposta que se lhe impunha, resposta fundamental e essencial, era a da total convergência para Cristo: Redentor do homem e Redentor do mundo, centro do cosmos e da história. Era o mistério de Cristo, Redentor do homem, o polo que, decisivamente, atraía e fixava a atenção do Papa: “É precisamente aqui neste ponto, caríssimos Irmãos, Filhos e Filhas, que se impõe uma resposta fundamental e essencial, a saber, a única direção da inteligência, da vontade e do coração para nós é esta: na direção de Cristo, Redentor do mundo. Para ele queremos olhar, porque só n’Ele, Filho de Deus, está a salvação, renovando a afirmação de Pedro: “Para quem iremos nós, Senhor? Tu tens as palavras da Vida eterna” (Jo 6,68s.; cf. At 4,8-12)”⁴. Ele imprimia, assim, ao seu pontificado, que recolhia e se propunha fazer prosseguir a herança conciliar, uma orientação marcadamente cristocêntrica.

São João Paulo II afirmou ainda, com particular ênfase, na *Redemptor Hominis*, ser o homem “a primeira e fundamental via da Igreja”; via que o

- 1 *Mensagem Urbi et Orbi*, aos 17 de outubro de 1978, in *Insegnamenti di Giovanni Paolo II [Ins.GPII] I* (1978) 5s. Um ano mais tarde, precisamente aos 6 de novembro de 1979, no início da reunião plenária do Sacro Colégio, o Papa recordará aos Cardeais esta sua primeira Mensagem *Urbi et Orbi*, reafirmando a prioritária tarefa de promover a coerente atuação do Vaticano II: “*Cupimus e contrario iterum commemorare omne id, quod inculcare coluimus iam in prima oratione Nostra postridie quam electi eramus. Cohaerens sibi executio doctrinarum ac monitorum Concilii Vaticani Secundi est et esse pergīt praecipuum pontificatus Nostri officium. Haec brevis summa fuit illius sermonis*” (cf. *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1050).
- 2 O início do pontificado do imediato antecessor de São João Paulo II fora marcado por uma insólita e, ao mesmo tempo, significativa escolha de nome: a opção do binômio “João Paulo”, expressão de uma especial referência aos Pontífices João XXIII e Paulo VI. Com a mesma opção, São João Paulo II confirma a intenção de não só continuar, mas, de certo modo, retomar do próprio ponto de partida o breve, luminoso e confortante pontificado imediatamente antecedente (cf. J. L. GUTIÉRREZ GARCIA, *Sotto il Segno dell’eredità* in VV. AA., *Davanti alla “Redemptor hominis” – testimonanze apparse su “L’Osservatore Romano”*, 131). A escolha dos mesmos nomes escolhidos por seu Predecessor, desejei é assim motivada: “Efetivamente, quando a 26 de agosto de 1978, ele declarou ao Sacro Colégio (dos Cardeais) que queria ser chamado João Paulo – um binômio deste gênero não tinha antecedentes na história do Papado – já então reconheci nisso um eloquente bom auspício da graça sobre o novo Pontificado. (...) E ao escolhê-los assim, em seguida ao exemplo do meu venerável Predecessor, desejei como ele, também eu exprimir o meu amor pela singular herança deixada à Igreja pelos Sumos Pontífices João XXIII e Paulo VI; e, ao mesmo tempo, manifestar a minha disponibilidade pessoal para a desenvolver com a ajuda de Deus” (RH 2).
- 3 Sendo o Vaticano II o fruto mais precioso e ao mesmo tempo o elemento determinante e polarizador dos pontificados de São João XXIII e São Paulo VI, é evidente que a herança de tais pontificados não pode ser dissociada da herança do Vaticano II, que brotando neles ao mesmo tempo os transcende.
- 4 RH 7.

próprio Jesus Cristo indicou à Igreja, sobretudo quando “pela sua Encarnação, Ele, o Filho de Deus, se uniu de certo modo a cada homem” (GS 22)⁵.

Vê-se, pois, a partir dos parágrafos acima, que a aplicação coerente do Vaticano II, a centralidade do mistério de Cristo e a atenção à antropologia cristã marcaram, intensamente, o pontificado de São João Paulo II.

Com este artigo deseja-se, como expresso no título, refletir sobre o empenho de São João Paulo II em favor da **coerente aplicação do Concílio Vaticano II** e mostrar que, para ele, **o terceiro e último parágrafos de *Gaudium et spes* 24 constitui, de certo modo, expressão da obra de aplicação do Concílio**⁶.

Aos 6 de novembro de 1979 – depois, portanto, de um ano de pontificado e supondo já publicada a *Redemptor hominis*, sua primeira e programática Encíclica, São João Paulo II, abrindo os trabalhos da reunião plenária do Colégio Cardinalício, por ele convocado a Roma, dirigia aos Cardeais um importante Discurso⁷.

Tal Discurso, especialmente a análise de sua parte central, oferece o **fio condutor** para o presente artigo, que será assim desenvolvido: 1. visão panorâmica do Discurso aos Cardeais, a fim de evidenciar-lhe a estrutura e pontos salientes; 2. análise de sua parte central, em vista de, em consonância com um dos pontos emersos na análise, e percorrendo outros pronunciamentos, do longo pontificado de São João Paulo II, aprofundar o significado de seu empenho, em favor da coerente aplicação do Vaticano II e colocar em evidência a importância por ele atribuída ao n. 24, da *Gaudium et spes*, qual expressão da obra de aplicação do Concílio. No momento conclusivo, vamos simplesmente recolher e elencar os elementos que se foram evidenciando ao longo do percurso.

1 Visão panorâmica do Discurso aos Cardeais: sua estrutura e pontos salientes

O Discurso, após breve proêmio, articula-se em três partes. Passemos em resenha cada um desses momentos:

O proêmio

O Santo Padre inicia-o, agradecendo as cordiais palavras que, recordando seu onomástico, lhe dirigiu, em nome do inteiro Colégio, o

5 Cf. RH 14 e ainda RH 13, 21, 22.

6 Trata-se daquele parágrafo de GS 24 onde se lê: “Quando o Senhor Jesus reza ao Pai que “todos sejam um..., como nós somos um” (Jo 17,21-22), abre perspectivas inacessíveis à razão humana, sugere alguma semelhança entre a união das pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e na caridade. Esta semelhança manifesta que o homem, a única criatura na terra que Deus quis por si mesma, não pode se encontrar plenamente, senão por um dom sincero de si mesmo”.

7 *Discurso aos Cardeais na abertura da reunião plenária do Sacro Colégio*, aos 6.11.1979 in *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1046-1058.

Cardeal decano⁸. E referindo-se àquilo que o Cardeal Confalonieri augurou-lhe, à Igreja e à humanidade, ou seja, “que se realize uma renovação geral, na adesão prática à doutrina de Cristo”, São João Paulo II, em forma retórica de pergunta, declara: “E não é acaso esta, em síntese, a finalidade espiritual do Concílio Vaticano II, grande acontecimento cuja aplicação está confiada ao esforço de todo o Povo de Deus?”⁹. Ele encerra o breve proêmio, elevando uma fervorosa prece a seu celestial Patrono, São Carlos Borromeu, a fim de que – tendo se empenhado vivamente na obra de atuação do Concílio de Trento, lhe transmita, e a todos os Cardeais, seu ardor e sua dedicação à Igreja e às almas¹⁰. Sem dúvida, para todos os que hoje – e o Papa em primeiro lugar! – têm o dever de levar à prática a obra do Vaticano II, o exemplo e a intercessão daquele Santo, que há quatro séculos serviu uma causa idêntica, são muito atuais¹¹.

A primeira parte

Nesta parte do Discurso, onde se sublinha a coparticipação dos Cardeais com o Papa na solicitude comum pela Igreja e, por conseguinte, se põe em evidência ser a reunião dos membros do Colégio Cardinalício uma forma de exercício da colegialidade episcopal e pastoral, São João Paulo II assim procede.

Exprime, antes de tudo, sua alegria e gratidão pelo Colégio Cardinalício reunido em pleno, salientando ser o convite para tal reunião uma manifestação de sua adesão à proposta, ventilada por ocasião das Congregações plenárias que precederam os Conclaves do ano anterior, de que o Colégio dos Cardeais se reunisse, ao menos de vez em quando, fora até das ocasiões de Conclave¹².

Em seguida, indica as seguintes razões que justificam o Encontro em curso: de um lado, o caráter da dignidade que têm os Cardeais e a sua singular ligação com a Igreja Romana; de outro lado, as tarefas próprias do Colégio por eles formado, que, além do encargo de eleger o Bispo de Roma, deve também “*ajudá-lo*, especialmente, na solicitude pastoral pela Igreja nas suas dimensões universais”¹³. E se “nesta solicitude participam diretamente, de modo contínuo e constante, aqueles Cardeais que pertencem à Cúria Romana, onde desempenham os cargos de maior responsabilidade”, todos os demais “participam com o Papa na solicitude comum pela Igreja”¹⁴. São

8 Para o texto da saudação dirigida ao Papa pelo Decano, Cardeal Confalonieri, cf. *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1058-1059.

9 *Ibid.*, 1047.

10 Cf. *Ibid.*, 1047.

11 Cf. João Paulo II, *Alocução do “Angelus Domini”*, aos 4,11.1979 in *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1036.

12 Cf. *Discurso aos Cardeais*, n. 1 in *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1047s.

13 *Ibid.*, n. 2, 1048.

14 *Ibid.*, n. 2, 1048.

João Paulo II afirma então, a conveniência de se aproveitar na época atual da reunião dos membros do Colégio Cardinalício, que “é uma *forma* de se exercer também a *colegialidade* episcopal e pastoral que está em vigor há mais de mil anos”, ressaltando, porém, que “isto não enfraquece de algum modo, nem diminui os deveres e a função do *Sínodo dos Bispos*”¹⁵.

Finalmente, uma vez que lhe pareceu ser de grande utilidade, nesse encontro com os Cardeais, ocupar-se “do exame, pelo menos sumário, *de alguns problemas* um pouco diversos dos atribuídos ao Sínodo dos Bispos”¹⁶, São João Paulo II precisa, antes de tudo, que tais problemas – que de maneira introdutória deseja, pelo menos, esboçar – “são importantes, dada a situação da Igreja universal, e ao mesmo tempo parecem estar mais intimamente ligados com o *ministério do Bispo de Roma* do que os que serão tema do Sínodo dos Bispos”, ressaltando porém que “é óbvio não se poder nisto estabelecer uma delimitação rigorosa”¹⁷. Em seguida, faz questão de notar que, além do que de sua parte apresentará, conta com as propostas que apresente e explique cada um dos participantes, assegurando-lhes que serão preciosas também todas as observações e propostas feitas por escrito. E, enfim, esclarece que a ordem dos trabalhos, contrariamente ao que se dá no Sínodo dos Bispos, não se baseia em nenhum Estatuto particular, tendo sido disposta *ad hoc*, segundo as exigências previstas para a reunião”¹⁸.

A segunda parte

Nesta, que é a parte central do Discurso, o Santo Padre procura “não tratar diretamente problemas particulares, mas antes pôr em evidência as bases de que depende a realização da tarefa que se apresenta diante de toda a Igreja, no período atual da história”¹⁹. A tarefa, a que se refere, é, sem dúvida alguma, “a coerente *aplicação do ensinamento e diretrizes do Concílio Vaticano II*”²⁰, devendo a Igreja, comunidade viva dos filhos de Deus unidos na verdade e no amor, “fazer grande esforço, neste período, *para entrar no caminho reto da aplicação do Vaticano II* e afastar-se das propostas contrárias, cada uma das quais se revela, no seu gênero, como afastamento deste caminho”²¹.

15 *Ibid.*, n. 2, 1048. Tenha-se presente a aguda sensibilidade de São João Paulo II, ao princípio de Colegialidade, e sua especial atenção ao Sínodo dos Bispos. A referida sensibilidade se confirma e a especial atenção se alarga também ao Colégio dos Cardeais.

16 *Ibid.*, n. 3, 1048.

17 *Ibid.*, n. 3, 1049. Recordamos que o tema então previsto para o Sínodo dos Bispos, cuja próxima Assembleia ordinária estava convocada para outubro de 1980, era *De muneribus familiae christianae*.

18 Cf. *Ibid.*, n. 3, 1049.

19 *Ibid.*, n. 10, 1056.

20 São João Paulo II declara: “A coerente *aplicação do ensinamento e diretrizes do Concílio Vaticano II* é e continua a ser a principal tarefa do meu pontificado” (Cf. *Ibid.*, n. 4, 1050).

21 *Ibid.*, n. 6, 1051s. No texto citado, fala-se de “propostas contrárias”, que, cada uma no seu gênero,

Mais adiante, no momento da análise, tornaremos, de um modo detido e minucioso, à segunda parte do Discurso que, de certo modo, oferece o fio condutor do presente artigo.

A terceira parte

Nesta terceira e última parte, o Santo Padre anuncia a apresentação, após seu Discurso introdutório de natureza geral, de três relações de caráter mais particular, relativas a “problemas concretos sobre os quais a Sé Apostólica julga útil informar o ilustre Colégio, para dele receber o parecer responsável”²². As relações tratarão, como especifica o Papa, das seguintes questões:

A *primeira*, aos cuidados do Cardeal Secretário de Estado, “referir-se-á ao conjunto das estruturas da Cúria Romana, assim como elas foram reordenadas, em consequência de sugestões do Concílio, na Constituição Apostólica do Papa Paulo VI *Regimini Ecclesiae Universae*”²³. Essas estruturas

afasta do reto caminho da aplicação do Vaticano II. Trata-se, como se depreende do contexto, destas duas posições extremas: de um lado, a pretensão de se “levar a Igreja a retroceder, por assim dizer, no longo decurso da história da humanidade” como se o Concílio Vaticano II não existisse; de outro lado, o “correr com presunção para diante, para formas de viver, de entender e de pregar a verdade cristã, enfim para modos de se ser cristão, sacerdote, religioso ou religiosa, que não se baseiam no ensinamento “integral” do Concílio” – “integral”, isto é, entendido à luz de toda a Santa Tradição e com base no Magistério constante da Igreja mesma” (Cf. *Ibid.*, n. 6, 1051).

22 *Ibid.*, n. 10, 1056.

23 *Ibid.*, n. 10, 1056. Note-se que se São Paulo VI, com a publicação aos 15 de agosto de 1967 da *Regimini Ecclesiae Universae*, punha termo ao processo de reorganização da Cúria Romana, motivado pelo Vaticano II, era ele ainda, cinco anos mais tarde, a lançar a semente de um seu novo processo de reorganização. Com efeito – como observa São João Paulo II na *Pastor Bonus*, que, publicada aos 28 de junho de 1988, pôs termo ao mencionado novo processo – “Paulo VI bem sabia, contudo, que a reforma de instituições tão antigas exigia um estudo mais cuidadoso; e portanto ordenou que, transcorridos cinco anos da promulgação da Constituição, o novo ordenamento fosse examinado mais a fundo, e que, ao mesmo tempo, se verificasse se realmente estava de acordo com os postulados do Concílio Vaticano II, e se correspondia às exigências do povo cristão e da sociedade civil, além de dar à Cúria uma conformação ainda melhor, se fosse necessário. À tal incumbência foi destinada uma especial Comissão de Prelados, sob a presidência de um Cardeal, que desempenhou ativamente a própria função até a morte daquele Pontífice” (Cf. Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, n. 5; utilizamos a tradução portuguesa, publicada no *L'Osservatore Romano* (edição semanal em português), de 28.8.1988).

Ora, a consulta feita ao Colégio dos Cardeais em novembro de 1979 constituiu, sem dúvida, um passo importante no mencionado novo processo de reorganização da Cúria Romana. A este respeito, São João Paulo II assim se expressa na *Pastor Bonus*: “Chamado pelo inescrutável desígnio da Providência ao múnus de Pastor da Igreja universal, desde o início do pontificado foi meu empenho não só pedir o parecer dos Dicastérios sobre uma questão tão importante, mas consultar também o inteiro Colégio dos Cardeais. Estes dedicaram-se a tal estudo durante dois Consistórios gerais, e apresentaram os seus pareceres acerca do caminho e do método a seguir na organização da Cúria Romana. Era necessário interrogar primeiro os Cardeais num tema de tão grande relevo: eles, com efeito, por um vínculo muito estreito e especial, estão unidos ao Romano Pontífice e “assistem-no... agindo colegialmente, quando são convocados para tratar juntos as questões de maior importância, ou individualmente nos diversos ofícios que exercem, prestando ajuda ao Romano Pontífice, principalmente no cuidado cotidiano pela Igreja universal” (CIC 349)” (n. 6).

“encontram-se em nexo orgânico com as múltiplas orientações da atividade contemporânea da Igreja”, dependendo, em boa parte, do seu funcionamento eficaz e da sua programada cooperação com as estruturas análogas das Igrejas locais e Conferências Episcopais, a perspectiva da nova aplicação do Concílio Vaticano II²⁴.

A *segunda relação*, a cargo do Cardeal Prefeito da Congregação para a Educação Católica, referir-se-á a um problema ainda mais específico, ou seja, tratará “da atividade das várias Academias Pontifícias e, em particular da Pontifícia Academia das Ciências”²⁵. Esta, instituída por Pio XI, “tem fundamental importância no âmbito das relações entre a fé e o conhecimento, e entre a religião e a ciência”²⁶. O Santo Padre adverte para a necessidade de se buscar, seguindo o espírito da *Gaudium et spes*, que dedicou um seu capítulo²⁷ ao problema das relações entre a Igreja e a cultura, “uma expressão adequada da relação da Igreja com o vasto campo da antropologia contemporânea e das ciências do homem, assim como Pio XI procurou a expressão da relação da Igreja com as ciências matemáticas e naturais, instituindo a Pontifícia Academia das Ciências”²⁸.

A *terceira relação*, aos cuidados do Cardeal Presidente da Administração do Patrimônio da Sé Apostólica, referir-se-á, como indica o Papa, à situação econômica da Santa Sé²⁹.

Indicada, numa visão panorâmica, a estrutura do Discurso, passemos à análise de sua parte central, dedicada ao desafio atual da Igreja, chamada à obra de aplicação do Concílio Vaticano II.

2 Análise da parte central do Discurso aos Cardeais

Esta análise – que não só prima pela aderência ao texto do Discurso papal aos Cardeais, procurando segui-lo passo a passo, mas se enriquece também com a remissão a outros textos de São João Paulo II – desenvolver-se-á dentro da seguinte dinâmica: num primeiro momento, ter-se-á presente, para aprofundá-lo, o fato que, coligando-se à sua primeira Radiomensagem, São João Paulo II reafirma ser a coerente aplicação do Vaticano II a principal tarefa de seu pontificado; num segundo momento, acompanhar-se-á o Papa

24 Cf. *Ibid.*, n. 10, 1056.

25 *Ibid.*, n. 10, 1056.

26 *Ibid.*, n. 10, 1056s.

27 Trata-se do segundo capítulo da segunda parte, compreendendo os nn. 53 a 62.

28 *Ibid.*, n. 10, 1057. Note-se que, aos 20 de maio de 1982, com uma Carta endereçada ao Secretário de Estado, Cardeal A. Casaroli, São João Paulo II instituirá o *Pontifício Conselho da Cultura*. Veja-se o teor da Carta in *Ins. GP II V*, 2 (1982) 1775-1781.

29 Cf. *Ibid.*, n. 10, 1057. A respeito deste assunto, São João Paulo II assim comenta: “Tendo presentes os diversos campos da atividade da Sé Apostólica, que se deviam ampliar em vista da realização do Concílio e das atuais tarefas da Igreja, quer no campo da evangelização quer no serviço aos homens em espírito evangélico – é necessário formular a pergunta sobre os meios econômicos. Em particular tem o Colégio Cardinalício o direito e o dever de conhecer exatamente o atual estado da questão” (*Ibid.*, n. 10, 1057).

enquanto centra o Discurso num passo do n. 24 da *Gaudium et spes*, capaz, segundo ele, de unir em si todos e cada um dos esforços que formam a obra de aplicação do Concílio; em seguida, num terceiro momento, considerar-se-á seja a sua indicação do reto caminho da aplicação conciliar, seja a sua denúncia relativa a propostas que dele se afastam; no quarto momento, enfim, ter-se-á em mira as três condições, apontadas pelo Santo Padre, para a renovação da Igreja no espírito do Vaticano II. Vejamos cada um desses pontos.

2.1 A aplicação coerente do Vaticano II: principal tarefa do pontificado de São João Paulo II

O Santo Padre, desejando recordar uma vez mais, aos Cardeais, tudo o que lhe foi dado pôr em realce já no seu primeiro Discurso, na sua primeira Mensagem *Urbi et Orbi*, no dia seguinte à eleição ao universal serviço papal, declara: “A coerente aplicação do ensinamento e diretrizes do Concílio Vaticano II é e continua a ser a principal tarefa do meu pontificado. Era isto, em substância, o conteúdo daquele discurso”³⁰.

Antes de prosseguir nossa análise, convém observar que esse seu empenho prioritário em favor da coerente aplicação do Vaticano II é sempre por ele de novo reafirmado. Entre as tantas ocasiões em que isso sucede, parece-nos oportuno recordar – cobrindo todo o arco de tempo de seu pontificado – quer as três Encíclicas que compõem a chamada “trilogia trinitária” de São João Paulo II, quer alguns pronunciamentos ligados ao Sínodo Extraordinário de 1985, convocado precisamente para reviver e aprofundar o Concílio Vaticano II, quer, enfim, as duas Cartas Apostólicas estreitamente ligadas ao Grande Jubileu do Ano Dois Mil: a *Tertio Millennio Adveniente* e a *Novo Millennio Ineunte*. Vejamos:

• As Encíclicas que compõem a sua “trilogia trinitária”³¹

- A *Redemptor hominis*: A aplicação do Concílio sob o signo da polarização para Cristo.

São João Paulo II, nesta sua primeira e programática Encíclica, assume o Vaticano II como fonte e parâmetro decisivo e irrenunciável de seu pontificado³². No n. 7 da *Redemptor hominis*, por exemplo, afirma: “As vias,

30 *Ibid.*, n. 4, 1050. A respeito da primeira Mensagem de São João Paulo II, no dia seguinte à sua eleição para a Cátedra de Pedro, veja-se T. NASCENTES DOS SANTOS, *Introdução ao discurso antropológico de João Paulo II (GS 22 e GS 24 no programa do atual Pontífice)*. Thesis ad Docotoratum in S. Theologia totaliter edita Romae 1992, pp. 19-30.

31 É o próprio Papa que assim qualifica o conjunto das Encíclicas *Redemptor hominis* (1979), *Dives in Misericórdia* (1980) e *Dominum et Vivificantem* (1986). Referindo-se a elas, diz: “Trata-se, portanto, de uma trilogia trinitária” (Anúncio de uma Carta Encíclica sobre o Espírito Santo, logo após a recitação do *Angelus Domini* de 18.01.1986 in *Ins. GP II IX*, 1 (1986) 1634.

32 Veja-se, a respeito, no Cap. II de nossa tese citada, especialmente o item “2.3 – A herança do Vaticano II”, 45ss.

para as quais o Concílio do nosso século orientou a Igreja, vias que nos indicou na sua primeira Encíclica o saudoso Papa Paulo VI, permanecerão de modo perduradouro exatamente as vias que nós devemos seguir”. E perguntando-se então sobre o modo de prosseguir na trilha traçada pelo Concílio, responde que a prossecução se deve realizar *na polarização para Cristo*³³. A esse respeito, ele, referindo-se à *Redemptor hominis*, assim declara na *Dives in Misericordia*: “Na minha já citada Encíclica, procurei pôr em realce que o aprofundamento e o enriquecimento multiforme da consciência da Igreja, frutos do mesmo Concílio, devem abrir mais amplamente o nosso entendimento e o nosso coração ao próprio Cristo”³⁴.

▪ A *Dives in Misericordia*: A aplicação do Concílio sob o signo da união orgânica e profunda entre o teocentrismo e o antropocentrismo.

Ao reafirmar, na *Dives in Misericordia*, ser a atuação do Concílio Vaticano II uma tarefa proeminente de seu pontificado, São João Paulo II insiste a respeito da necessidade de se ater, no desempenho de tal tarefa, ao princípio segundo o qual o teocentrismo e o antropocentrismo não se separam ou contrapõem – como pretendem várias correntes do pensamento humano, do passado e do presente – mas, antes, se unem, na história do homem, de maneira orgânica e profunda³⁵. E tal princípio – recorda o Papa – constitui “um dos princípios fundamentais, e talvez o mais importante, do magistério do último Concílio”³⁶. Ele adverte ainda, em sintonia com o referido princípio, para o fato de que “quanto mais a missão desenvolvida pela Igreja se centralizar no homem – quanto mais ela for, por assim dizer, antropocêntrica – tanto mais ela deve confirmar-se e realizar-se de modo teocêntrico, isto é, orientar-se em Jesus Cristo na direção do Pai”³⁷.

Tal polarização para o Pai se liga, estreitamente, à polarização para Cristo. Com efeito, se na *Redemptor hominis*, São João Paulo II insiste na polarização para Cristo, na *Dives in Misericordia* ele liga esta abertura para o Cristo à polarização para o Pai e seu amor. De fato, ele aí diz: “Hoje quereria dizer que a abertura para Cristo que, como Redentor do mundo, revela plenamente o homem ao próprio homem, não pode realizar-se de outro modo senão mediante uma referência, cada vez mais amadurecida, ao Pai e ao seu amor”³⁸.

▪ A *Dominum et Vivificantem*: A aplicação do Concílio sob o signo da fidelidade ao Espírito Santo e, por conseguinte, sob o signo do discernimento,

33 Veja-se, a respeito, no cap. II da tese acima mencionada, o item “3.1 – Polarização para o Cristo”, 48ss. Veja-se também T. NASCENTES DOS SANTOS, *Introdução ao discurso antropológico do Papa João Paulo II (GS 22 e GS 24 no Programa de seu Pontificado)* in *Coletânea 8* (2005), 207ss.

34 DM 1.

35 Cf. DM 1.

36 DM 1.

37 DM 1.

38 DM 1. Na raiz deste texto do Papa, encontra-se, sem dúvida, aquele passo do n. 22 da *Gaudium et spes*, em que se lê: “*Christus, novissimus Adam, in ipsa revelatione mysterii Patris Eiusque amoris, hominem ipsi homini plene manifestat eique altissimam eius vocationem patefacit* [Na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, Cristo, o novo Adão, manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe revela a sua altíssima vocação]”.

a fim de que não se atribua ao Espírito o que porventura provenha do “príncipe deste mundo” (cf. Jo 12,31; 14,30; 16,11).

Nesta Encíclica, o Santo Padre refere-se à atuação do Concílio, ligando-a à convicção de que “no seu rico magistério o Concílio Vaticano II contém praticamente tudo o “que o Espírito diz à Igreja” (cf. Ap 2,29; 3,6.13.22) em função da presente fase da história da salvação”³⁹. Tal convicção, ele a exprime ainda com estas outras palavras: “Seguindo como guia ao Espírito da verdade e dando testemunho juntamente com Ele, o Concílio ofereceu uma especial confirmação da presença do Espírito Santo Consolador. Tornou-o, em certo sentido, novamente “presente” na nossa época difícil”⁴⁰. Ora, a esta convicção – dizíamos – o Papa liga a obra de aplicação do Concílio, cuja grande importância, à luz de tal convicção, é melhor apreciada. Eis, a respeito, o texto do Santo Padre:

À luz desta convicção, compreende-se melhor a grande importância de todas as iniciativas que têm em vista a atuação do Concílio Vaticano II, do seu magistério e da sua linha pastoral e ecumênica. É neste sentido que devem ser bem consideradas e avaliadas as *Assembleias do Sínodo dos Bispos* que se foram sucedendo e que tiveram em vista fazer com que os frutos da Verdade e do Amor – os frutos autênticos do Espírito Santo – se tornem um bem duradouro do Povo de Deus na sua peregrinação terrena ao longo dos séculos. É indispensável este trabalho da Igreja, visando a avaliação e a consolidação dos frutos do Espírito, doados generosamente no Concílio⁴¹.

A obra de aplicação do Vaticano II encontra-se, pois, sob o signo da *fidelidade ao Espírito*; visando-se, nela, como diz o Papa, a avaliação e a consolidação dos frutos do Espírito, doados generosamente no último Concílio. Esta obra, porém, como adverte ainda o Santo Padre, exige *um atento empenho de discernimento* a fim de se distinguir os frutos do Espírito “de tudo aquilo que, contrariamente, possa provir do “príncipe deste mundo” (cf. Jo 12,31; 14,30; 16,11)”. “Este discernimento – prossegue ele – é tanto mais necessário, na obra do Concílio, quanto é um fato que este *se abriu de modo amplo ao mundo contemporâneo*, como o demonstram claramente as importantes constituições conciliares *Gaudium et spes* e *Lumen gentium*”⁴².

E a título de testemunho da mencionada abertura do Concílio ao mundo contemporâneo, São João Paulo II cita o seguinte passo do n. 1 da *Gaudium et spes*: “Eles (os discípulos de Cristo) são uma comunidade de homens, congregados em Cristo e que são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação para o Reino do Pai; e são portadores de uma mensagem de

39 DetV 26.

40 DetV 26.

41 DetV 26.

42 DetV 26.

salvação, que devem comunicar a todos. É por isso que a mesma comunidade dos cristãos se sente real e intimamente *solidária com o gênero humano e com a sua história*⁴³.

A este passo, ele adiciona, sempre da mesma Constituição conciliar, dois outros: o primeiro, um trecho do n. 41 da GS, mostra, sem dúvida, que ao antropocentrismo da Igreja corresponde o seu teocentrismo e vice-versa: “A Igreja sabe muito bem que só Deus, a quem ela serve, satisfaz os desejos mais profundos do coração humano, o qual nunca se sacia plenamente só com os bens terrestres”⁴⁴. O segundo, extrato do n. 26 da GS, põe em relevo, enfim, que a abertura do Concílio – e, por conseguinte, da Igreja – ao mundo supõe atenção, docilidade e fidelidade ao Espírito, presente ao processo de evolução social que se instaura no seio do mundo: “*O Espírito... dirige com admirável providência o curso dos tempos e renova a face da terra*”⁴⁵.

Depois das Encíclicas, que compõem a “trilogia trinitária” do Papa, passemos a outra série de textos que nos propusemos recordar; são sempre textos que se caracterizam pela reafirmação de um pontificado empenhado, prioritariamente, na coerente aplicação do Concílio Vaticano II.

Pronunciamentos ligados ao Sínodo Extraordinário de 1985:

- **A Alocução de convocação do Sínodo, de 25.1.1985**

No dia 25 de janeiro de 1985, no término da Missa celebrada na Basílica de São Paulo fora dos Muros, por ocasião do encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, São João Paulo II convocou uma Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, a ser realizada de 25 de novembro a 8 de dezembro daquele mesmo ano, para recordar o Concílio Vaticano II há vinte anos de seu encerramento, com o objetivo de reviver aquela atmosfera de comunhão eclesial e de aprofundar o denso ensinamento conciliar, em ordem à sua constante aplicação na vida da Igreja⁴⁶.

43 Cf. *DetV*. O itálico, no texto conciliar, é do Papa.

44 Cf. *DetV* 26.

45 Cf. *DetV* 26. O itálico é do Papa.

46 A respeito dos objetivos deste Sínodo Extraordinário, assim se expressava o Santo Padre na Alocução de convocação: “O objetivo da iniciativa é não só o de comemorar o Concílio Vaticano II há vinte anos de distância do seu encerramento, mas também e sobretudo o de:

- reviver, de algum modo, aquela atmosfera extraordinária de comunhão eclesial, que caracterizou a Reunião ecumênica, na recíproca participação nos sofrimentos e nas alegrias, nas lutas e nas esperanças, que são próprios do Corpo de Cristo, nas várias partes da terra;

- proporcionar o intercâmbio e aprofundamento das experiências e notícias sobre a aplicação do Concílio, em nível de Igreja Universal e de Igrejas particulares;

- favorecer o ulterior aprofundamento e a constante inserção do Vaticano II na vida da Igreja, à luz também das novas exigências” (cf. *Alocução de convocação* in *L'Osservatore Romano* (edição semanal em português), de 3.2.1985, p. 3).

Para o desenvolvimento do Sínodo, veja-se G. CAPRILE, *Il Sinodo dei Vescovi – Seconda Assemblea Straordinaria (25 novembre – 8 dicembre 1985)*, *La Civiltà Cattolica*, Roma 1986; veja-se também W. KASPER, *Il futuro della forza del Concilio. Sinodo straordinario dei vescovi 1985*. Documenti e commento, tr., Queriniana, Brescia 1986, 106 p.

Na ocasião, na Alocução de convocação do Sínodo, o Papa reafirma a fundamental importância do Concílio Vaticano II para a vida da Igreja hodierna, quer para sua vitalidade *ad intra*, quer para sua vitalidade *ad extra*⁴⁷.

O Santo Padre declara ainda, que sobretudo no caso dele, que teve a graça especial de participar do Concílio, colaborando em seu desenvolvimento – o Vaticano II foi sempre, especialmente nesses anos de pontificado, “o constante ponto de referência” de toda a sua ação pastoral, “no consciente empenho de traduzir as suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, em nível de cada Igreja e da Igreja inteira”⁴⁸.

Ele assevera, enfim, que o Concílio do nosso século constitui aquela fonte, da qual “é preciso incessantemente recomeçar”⁴⁹. Assim é, insiste ele, “seguindo o caminho traçado pelo Vaticano II e sempre à escuta de “quanto o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7.11.17.26; 3,5.13)” que “a Igreja de hoje quer prosseguir em seu caminho para o Terceiro Milênio da história, no meio dos homens e juntamente com eles, participe das mesmas esperanças e expectativas”⁵⁰.

● Alocução do *Angelus Domini*, de 29.9.1985

Com esta Alocução, de 29 de setembro de 1985, portanto, a dois meses de distância do início do Sínodo Extraordinário por ele convocado, com “o objetivo de estimular todos os membros do Povo de Deus, a um cada vez mais aprofundado conhecimento e a uma cada vez mais fiel aplicação dos critérios e diretrizes” do Vaticano II⁵¹, inicia o Santo Padre uma série de 9 Alocuções dominicais – as tradicionais Alocuções por ocasião da recitação do *Angelus!* – dedicadas ao Concílio e pronunciadas em vista do iminente e importante evento eclesial do Sínodo dos Bispos⁵².

47 “O Vaticano II continua a ser o acontecimento fundamental na vida da Igreja contemporânea: fundamental para o aprofundamento das riquezas que lhe foram confiadas por Cristo, que nela e por meio dela prolonga e comunica aos homens o *mysterium salutis*, a obra da Redenção; fundamental para o contato fecundo com o mundo contemporâneo em ordem à evangelização e ao diálogo a todos os níveis e com todos os homens de reta consciência” (*Alocução de convocação* in *L'Osservatore Romano* (edição semanal em português), de 3.2.1985, p. 3).

48 *Ibid.*, p. 3.

49 *Ibid.*, p. 3. Note-se que a afirmação de São João Paulo II, segundo a qual o Vaticano II constitui a fonte de onde é preciso, incessantemente, recomeçar, era já sentida pelo então Cardeal Wojtyła e Arcebispo de Cracóvia. A ela, sem dúvida, faz eco o título de uma sua obra, publicada em 1972 e escrita com o pensamento voltado para o Sínodo pastoral de Cracóvia, que naquele momento iniciava seus trabalhos. Referimo-nos à obra “FONTES DA RENOVACÃO. Estudo sobre a prática do Concílio Vaticano II”. Este é o título da edição brasileira, publicada pelas Edições Loyola em 1985; a italiana, publicada pela “Libreria Editrice Vaticana” em 1981, intitula-se “ALLE FONTI DEL RINNOVAMENTO. Studio sull'attuazione del Concilio Vaticano Secondo”; o título da edição original, publicada em Cracóvia, em 1972, pela “Associação Teológica Polonesa” (Polskie Towarzystwo Teologiczne), é U PODSTAN ODNOWY. *Studium o realizacji Vaticanum II*.

50 *Ibid.*, p. 3.

51 *Alocução do Angelus Domini*, de 29.9.1985, n. 1 in *InsGPII VIII*, 2 (1985) 802.

52 “Nos nove domingos que nos separam do evento sinodal, desejo orientar sobre o Concílio, a reflexão

Nesta primeira das nove Alocuções, São João Paulo II recorda mais uma vez a sua primeira Mensagem *Urbi et Orbi*, na qual tivera ocasião de manifestar sua profunda convicção a respeito da grande e singular importância do Vaticano II não só para a bimilenária história da Igreja, mas também para a história religiosa e cultural do mundo. Tal convicção, citando aquela sua primeira Mensagem, reafirma: “... o Concílio é e permanece “uma pedra miliar na história bimilenária da Igreja e, por reflexo, na história religiosa e até cultural do mundo” (*Insegnamenti di Giovanni Paolo II I* (1978) 14)”⁵³.

Foi “com esta profunda convicção” que ele, na referida Mensagem *Urbi et Orbi*, fez seu o programa pontifício delineado por seu Predecessor, João Paulo I⁵⁴. Esta opção, São João Paulo II, à distância de sete anos, a renova, declarando que a enunciação primária daquele programa que fizera seu “conserva todo o seu vigor também hoje”; e cita então o seguinte passo do programa delineado por João Paulo I: “... “queremos continuar no prosseguimento da herança do Concílio Vaticano II, cujas normas sábias devem ainda hoje ser levadas a cumprimento, velando por que um impulso, generoso talvez, mas improvidente, não deturpe os seus conteúdos e significados, e de igual modo por que forças repressivas e tímidas não retenham o magnífico impulso de renovamento e de vida” (*Insegnamenti di Giovanni Paolo I*, 15)”⁵⁵.

Da Alocução que nos ocupa, queremos citar ainda um último passo, no qual São João Paulo II refere-se à sua experiência de Padre conciliar, que exerceu, sem dúvida, um peso não insignificante, no fato de constituir o Vaticano II “o pano de fundo, o clima, o centro inspirador” dos seus pensamentos e de sua atividade pastoral e isso já desde a sua amada Cracóvia. Eis o passo:

A Providência dispôs que, quando soou a hora do Concílio, eu estivesse a viver as minhas primícias de Bispo, tendo recebido a ordenação episcopal a 28 de setembro de 1958.

Tive, por isso, a singular graça de participar na grande obra e de dar o meu contributo aos seus trabalhos. Desse modo, desde os primeiros passos preparatórios, sucessivamente, nas várias etapas do desenvolvimento, e depois na fase dos empenhos aplicativos, o Vaticano II constituiu o pano de fundo, o clima, o centro inspirador dos meus pensamentos e da minha atividade de pastor da amada Igreja particular, à qual a bondade do Senhor me tinha chamado⁵⁶.

e, sobretudo, a oração destes encontros do meio-dia para a recitação do *Angelus*” (*Ibid.*, n. 1, 802).

53 *Ibid.*, n. 3, 802s.

54 Cf. *Ibid.*, n. 3, 803.

55 *Ibid.*, n. 3, 803.

56 *Ibid.*, n. 2, 802.

● *Alocução do Angelus Domini*, de 6.10.1985

Já consideramos, mais acima, quando nos referimos à Encíclica *Dominum et Vivificantem*, o fato de encontrar-se a obra de coerente aplicação do Vaticano II sob o signo da fidelidade ao Espírito Santo, sendo o Concílio, antes de tudo, obra d'Ele.

Ora, na Alocução que passamos agora em resenha, São João Paulo II põe em relevo, precisamente, a seguinte convicção: o Concílio Vaticano II é obra do Espírito Santo, seu “principal protagonista”, sendo uma dívida para com Ele, aquela contraída pelo Bispo que participou do evento conciliar⁵⁷. Esta convicção, ele aí a expõe, apelando seja para o testemunho do Papa São João XXIII, “grande idealizador e primeiro Padre do Concílio”, seja também para o seu próprio testemunho de Padre conciliar⁵⁸.

Ele apela para o testemunho de São João XXIII! Afirma que este seu predecessor “tinha profundamente arraigada em si” a convicção, que em muitas circunstâncias expressou, de ser o Espírito Santo o principal protagonista do Concílio. “Foi este – diz, referindo-se a João XXIII – o pensamento que o animou até o limiar da eternidade”. São João Paulo II recorda então, a última mensagem daquele Pontífice, “esta extrema invocação: ‘O êxito de uma tão grande obra requer a plena e concorde colaboração de todos os fiéis, mas, por outro lado, é preciso não esquecer que o Concílio Ecumênico é, sobretudo, obra do Espírito Santo, que é como o coração da Igreja, e o perpétuo autor e doador da sua refluorescente primavera’ (*Discorsi, Messaggi, Colloqui dal Santo Padre Giovanni XXIII*, V, 274)”⁵⁹.

Ele apela para o seu próprio testemunho! Para sua experiência de Padre conciliar. “Quantos participamos da Assembleia ecumênica, percebemos a mística e eficaz presença do Espírito Santo, e d'Ele haurimos um irreprimível impulso para o empenho pela atuação prática do Concílio”⁶⁰. Apela também, com uma longa citação, para algumas considerações que expressou à sua Diocese de Cracóvia, em 1972, depois, portanto, de sua intensa participação no Concílio⁶¹. Ele cita um denso passo – que nos parece útil transcrever, não obstante a sua extensão – da introdução de sua obra “FONTES DA RENOVAÇÃO. Estudo sobre a prática do Concílio Vaticano II”⁶². Eis o passo:

57 Cf. *Alocução do Angelus Domini* de 6.10.1985 in *Ins. GP II VIII*, 2 (1985) 883s.

58 Cf. *Ibid.*, 883s.

59 *Ibid.* n. 1, 883. A respeito da última mensagem de João XXIII, o Santo Padre explicita que ela foi “gravada no início da enfermidade e radiotransmitida na Alemanha Ocidental no dia da sua santa morte” (*Ibid.*, n. 1, 883).

60 *Ibid.*, n. 2, 883.

61 Para uma visão de conjunto das intervenções de Wojtyła no Concílio, quer na fase antepreparatória, quer na fase propriamente conciliar, veja-se em nossa tese, citada, o Anexo “III”, pp 361-369.

62 Para as indicações relativas à edição original da obra e às edições italiana e brasileira, veja-se mais acima a nota 49. Quanto ao significado e alcance da obra e quanto à intenção de seu autor, tenha-se

Um Bispo que participou no Concílio Vaticano II sente-se devedor a ele. O Concílio, com efeito,... tem um valor e um significado único e irrepetível para todos os que nele tomaram parte e o levaram a cumprimento... Contraímos uma dívida para com o Espírito Santo, para com o Espírito de Cristo. Este, de fato, é o Espírito que fala às Igrejas (cf. Ap 2,7): durante o Concílio e mediante ele, a Sua palavra tornou-se, particularmente, expressiva e decisiva para a Igreja. Os Bispos, membros do Colégio, que herdaram dos Apóstolos a promessa feita por Cristo no Cenáculo, estão obrigados de modo particular a estar conscientes da dívida contraída “com a palavra do Espírito Santo”, porque foram eles que traduziram em linguagem humana a palavra de Deus. Esta expressão, enquanto humana, pode ser imperfeita e permanecer aberta a formulações cada vez mais precisas, porém, ao mesmo tempo ela é autêntica, porque contém, precisamente, o que o Espírito “disse à Igreja” num determinado momento histórico. Assim, a consciência da dívida deriva da fé e do Evangelho, que nos permitem exprimir a palavra de Deus na linguagem humana dos nossos tempos, relacionando-a à autoridade do supremo magistério da Igreja... A consciência da dívida... está unida à necessidade de dar uma ulterior resposta. É a fé que a exige. Esta, de fato, por sua essência, é uma resposta à palavra de Deus, àquilo que o Espírito diz à Igreja⁶³.

presente o que se segue:

- Trata-se de uma obra que, de certo modo, nasceu com e a serviço do Sínodo de Cracóvia, convocado em 1972 (cf., por exemplo, a Alocução do Cardeal Wojtyła “Il IX Centenario di S. Stanislao e il Sinodo” in *Il Sinodo Pastorale dell'Archidiocesi di Cracovia 1972-1979*, tr., “Libreria Editrice Vaticana” Città del Vaticano 1985, 214).

- Como precisa Wojtyła na Introdução de sua obra: ela é “planejada como um estudo de “iniciação””; “não quer ser um comentário aos documentos do Vaticano II”, podendo, antes, ser considerada “um *vademecum* que introduz nos relativos documentos do Vaticano II, mas sempre do ponto de vista de sua atuação na vida e na fé da Igreja”; e, enfim, “deve ser considerada não como um estudo científico, mas como um amplo estudo “de trabalho” no âmbito da atividade da Igreja no mundo, em particular da Igreja polonesa”, pois, conclui ele, “a Igreja procura em si mesma e no mundo uma adequada forma correspondente à verdade do Concílio, àquele sopro do Espírito que o invadiu” (cf. p. 11, na edição brasileira; p. 13, na italiana).

- Note-se ainda que para colher, em profundidade, a intenção do Cardeal Wojtyła, nesta obra “planejada como um estudo de “iniciação”” ao Concílio, é necessário ter bem presente ainda dois fatores. De um lado, a força semântica que aí se atribui ao termo *iniciação*, o qual, como diz ele, “significa tanto “introdução”, quanto “participação do mistério”” (cf., p. 11, na edição brasileira; p. 13, na italiana). De outro lado, o fato que, tendo Wojtyła participado ativamente do Vaticano II, a ele, *a fortiori*, se aplica esta sua declaração: “O bispo, como autêntica testemunha do Concílio, é aquele que conhece seu “mistério” e por isso recai principalmente sobre ele a responsabilidade da introdução e da iniciação, na realidade do próprio Concílio. Sendo ele mestre da fé, cabe principalmente a ele solicitar esta resposta da fé, que deveria constituir o fruto do Concílio e a base de sua atuação” (cf., p. 11, na edição brasileira; p. 13, na italiana).

63 K. WOJTYŁA, *Alle fonti del Rinnovamento*, 11-12. Citado na *Alocução do Angelus Domini*, de 6.10.1985, n. 2, 883s.

Destacamos, no texto acima, a afirmação dos seguintes princípios:

- *A dívida para com o Concílio é uma dívida para com o Espírito Santo*, que, durante e mediante o evento conciliar, falou à Igreja, no seu atual momento histórico, de um modo particularmente expressivo e decisivo.

- À consciência dessa dívida, contraída, sem dúvida, por todos os Bispos, enquanto mestres da fé, herdeiros da promessa de Cristo no Cenáculo e autênticas testemunhas do Concílio – *estão obrigados de modo particular os Bispos que tomaram parte no Concílio, pois foram eles a dar, aí, uma expressão humana à palavra de Deus, à voz do Espírito*. E se tal expressão, enquanto humana, pode ser imperfeita e, por conseguinte, aberta a ulterior aperfeiçoamento, ao mesmo tempo, porém, ela é autêntica, contendo o que o Espírito diz à Igreja num momento histórico determinado.

- *A consciência dessa dívida*, portanto, “*deriva da fé e do Evangelho*, que nos permite exprimir a palavra de Deus na linguagem humana dos nossos tempos, relacionando-a à autoridade do supremo magistério da Igreja”.

- A consciência dessa dívida está, enfim, “*unida à necessidade de dar uma ulterior resposta*”. Trata-se, naturalmente, de *uma resposta de fé, exigida pela fé*⁶⁴.

Observemos, enfim, que o próprio fato de o Santo Padre citar essa sua obra não é destituído de significado, pois parece autorizar o uso da mesma como válido e precioso instrumento para a compreensão de seu empenho, como Papa, na coerente aplicação do Concílio Vaticano II.

Cartas Apostólicas estreitamente ligadas ao Grande Jubileu do ano “dois mil”

Convém, antes de tudo, recordar que já no dia seguinte à eleição para a Cátedra de Pedro, São João Paulo II, em sua Mensagem *Urbi et Orbi*, fazia referência ao ano “dois mil”:

Irmãos e Filhos caríssimos, os recentes acontecimentos da Igreja e do mundo são, para nós todos, advertência salutar: como virá a ser o Nosso pontificado? Qual a sorte que o Senhor reserva à Sua Igreja nos próximos anos? E qual o caminho que a humanidade irá percorrer, neste período

64 Expressando, ainda mais brevemente, os princípios afirmados no texto de Wojtyła, tem-se: No e por meio do Concílio, onde os Bispos participantes traduziram em linguagem humana a palavra de Deus, ressoa a voz do Espírito, que fala à Igreja. Portanto, a dívida contraída com o Concílio é uma dívida contraída com o Espírito e a resposta que se deve ao Concílio é aquela devida ao Espírito, ou seja, a resposta da fé.

de tempo que anda já perto do ano 2000? São perguntas ousadas, a que não se pode responder senão isto: “Deus scit” (cf. 2Cor 12,2-3)⁶⁵.

Tratava-se de uma pequenina semente destinada a um grande crescimento. Com efeito, a referência ao ano “dois mil” explicitar-se-á, na Encíclica *Redemptor hominis*, na direção do anúncio de um grande Jubileu da Redenção e do empenho de preparar-se para o mesmo, com a inserção da Igreja numa espécie de “novo Advento”, que a impele a contemplar o Cristo como polo de toda esperança e “Pai do século futuro” (Is 9,6)⁶⁶.

● Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*

Aos 10 de novembro de 1994, São João Paulo II endereçava ao episcopado, ao clero e aos fiéis a Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, sobre a preparação para o Jubileu do ano 2000.

Aí recorda que “os dois mil anos do nascimento de Cristo (prescindindo da exatidão do cômputo cronológico) representam um Jubileu extraordinariamente grande, não somente para os cristãos, mas indiretamente, para a humanidade inteira, dado o papel de primeiro plano que o cristianismo exerceu nestes dois milênios”.⁶⁷ Convicto de que “cada jubileu é preparado na história da Igreja pela divina Providência”, São João Paulo II, “com sentido de gratidão e de não menor responsabilidade”, dirige seu olhar “para tudo quanto sucedeu na história da humanidade, desde o nascimento de Cristo, e sobretudo para os acontecimentos verificados do ano 1000 ao 2000”. Mas, “de modo muito particular”, debruça-se “com um olhar de fé” sobre o século XX, procurando nele o que possa “servir de testemunho não só da história do homem, mas também da intervenção divina, nas vicissitudes humanas”⁶⁸. E na perspectiva da Providência, ele enfatiza, no contexto do século XX e da proximidade do ano 2000, a importância singular do Vaticano II:

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o Concílio Vaticano II constitui um acontecimento providencial, através do qual a Igreja iniciou a preparação próxima para o Jubileu do segundo milênio. Trata-se, realmente, de um Concílio semelhante aos anteriores, e todavia tão diverso; um Concílio concentrado sobre o mistério de Cristo e da sua Igreja e, simultaneamente, aberto ao mundo. Esta abertura constitui a resposta evangélica à recente

65 *Mensagem Urbi et Orbi* in *Ins.GPII* I (1978) 11.

66 Cf. RH 1; 7. Quanto ao tema do apelo ao ano “dois mil” – constante nos lábios de São João Paulo II – e a sua implicação pastoral, veja-se, por exemplo, Gerardo CARDAROPOLI, *Un progetto pastorale* in VV.AA., *Cristo Redentore dell'uomo – centro del cosmo e della storia* (a cura di Gino Concetti), Massimo, Milano 1980, 334-355.

67 TMA 15.

68 TMA 17.

evolução do mundo com as tumultuosas experiências do século XX, atribulado pela primeira e segunda guerra mundial, pela experiência dos campos de concentração e por massacres horrendos. O sucedido mostra que o mundo tem, mais que nunca, necessidade de purificação; precisa de conversão⁶⁹.

“Pensa-se, frequentemente, que o Concílio Vaticano II marque uma época nova na vida da Igreja”. “Isto é verdade”, reconhece o Santo Padre. “Mas ao mesmo tempo – diz – é difícil não notar como a *Assembleia conciliar muito auferiu das experiências e das reflexões do período precedente*, especialmente do patrimônio do pensamento de Pio XII”. E pondera: “Na história da Igreja, “o velho” e “o novo” aparecem sempre entrelaçados entre si. O “novo” cresce do “velho”, o “velho” encontra no “novo” uma explicitação mais plena. Assim aconteceu com o Concílio Vaticano II e com a atividade dos Pontífices ligados à Assembleia conciliar, a começar por João XXIII, prosseguindo com Paulo VI e João Paulo I, até o Papa atual”; e conclui: “Aquilo que, durante e depois do Concílio, foi realizado por eles – tanto o magistério como a ação de cada um – prestou, por certo, um contributo significativo à *preparação da nova primavera de vida cristã* que deverá ser revelada pelo Grande Jubileu, se os cristãos forem dóceis à ação do Espírito”⁷⁰. Vê-se, pois, que, *condição* para que se revele a *nova primavera de vida cristã*, promovida pelo Concílio, é a *docilidade* de todos à ação do Espírito Santo.

São João Paulo II prossegue, salientando, quer a *riqueza de conteúdos* do Vaticano II, quer o *seu novo tom*, na apresentação dos mesmos.

- Quanto à *riqueza de conteúdo* do Vaticano II, o Papa assim a descreve:

Na Assembleia conciliar, a Igreja, para ser plenamente fiel ao Mestre, interrogou-se sobre a própria identidade, redescobindo a profundidade do seu mistério de Corpo e Esposa de Cristo. Pondo-se docilmente à escuta da Palavra de Deus, reafirmou a vocação universal à santidade; proveu à reforma litúrgica, “fonte e cume” da sua vida; deu impulso à renovação de diversos aspectos da sua existência quer em nível universal quer nas Igrejas locais; comprometeu-se na promoção das várias vocações cristãs, desde a dos leigos à dos religiosos, desde o ministério dos diáconos ao dos sacerdotes e dos Bispos; redescobriu, em particular, a colegialidade episcopal, expressão privilegiada do serviço pastoral desempenhado pelos Bispos, em comunhão com o Sucessor de Pedro. Na base desta profunda renovação, o Concílio abriu-se aos cristãos de

69 TMA 18.

70 TMA 18.

outras Confissões, aos crentes de outras religiões, a todos os homens de nosso tempo. Em nenhum outro Concílio se falou, tão claramente, da unidade dos cristãos, do diálogo com a religiões não-cristãs, do significado específico da Antiga Aliança e de Israel, da dignidade da consciência pessoal, do princípio da liberdade religiosa, das diversas tradições culturais no seio das quais a Igreja realiza o próprio mandato missionário, dos meios de comunicação social⁷¹.

- Quanto ao *novo tom* do Concílio Vaticano II ao apresentar seus conteúdos, o Santo Padre assim o apresenta:

Uma enorme riqueza de conteúdos e *um novo tom – antes desconhecido* – na apresentação conciliar dos mesmos constituem como que um anúncio de tempos novos. Os Padres conciliares falaram com a linguagem do Evangelho, com a linguagem do Discurso da Montanha e das Bem-aventuranças. Na mensagem conciliar, Deus é apresentado *na sua soberania absoluta sobre todas as coisas, mas também como garantia da autêntica autonomia das realidades temporais*⁷².

E, enfim, São João Paulo II – ciente de que “a melhor preparação” para o Jubileu não poderia exprimir-se “senão pelo renovado empenho na aplicação, tão fiel quanto possível, do *ensinamento do Vaticano II à vida de cada um e da Igreja inteira*”⁷³ – convidava a um “exame de consciência” sobre “a *recepção do Concílio*, este grande dom do Espírito feito à Igreja quase ao findar do segundo milênio”:

Em que medida a Palavra de Deus se tornou mais plenamente alma da teologia e inspiradora de toda a existência cristã, como pedia a *Dei Verbum*? Vive-se a liturgia como “fonte e cume” da vida eclesial, segundo o ensinamento da *Sacrosanctum Concilium*? Vai se consolidando na Igreja universal e nas Igrejas particulares a eclesiologia da comunhão da *Lumen gentium*, dando espaço aos carismas e ministérios, às várias formas de participação do Povo de Deus, embora sem decair para um democraticismo e sociologismo que não reflete a visão católica da Igreja e o autêntico espírito do Vaticano II? Uma pergunta vital deve contemplar também o estilo das relações da Igreja com o mundo. As diretrizes conciliares – oferecidas na *Gaudium et spes* e noutros documentos – de um diálogo aberto, respeitoso e cordial, acompanhado todavia por um

71 TMA 19.

72 TMA 20.

73 Cf. TMA 20.

atento discernimento e corajoso testemunho da verdade, permanecem válidas e chamam-nos a um empenho maior⁷⁴.

● Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*

Nesta sua Carta Apostólica, dirigida ao Episcopado, ao Clero e aos Fiéis, no término do Grande Jubileu do Ano 2000, São João Paulo II sente o dever de indicar o Concílio “como a grande graça de que se beneficiou a Igreja no século XX”, sendo o Vaticano II “bússola segura” para orientar a Igreja nesse início de milênio. Eis, na íntegra, o texto papal:

Quanta riqueza, amados irmãos e irmãs, nas diretrizes que o Concílio Vaticano II nos deu! Por isso, na preparação para o Grande Jubileu, pedi à Igreja para *interrogar-se sobre a recepção do Concílio* (cf. Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, 36). Aconteceu? O Congresso que se realizou aqui no Vaticano foi um momento dessa reflexão, e espero que, a seu modo, se tenha feito o mesmo em todas as Igrejas particulares. À medida que os anos passam, *aqueles textos não perdem seu valor nem sua beleza*. É necessário que sejam lidos adequadamente, que possam ser conhecidos e assimilados como textos qualificativos e normativos do Magistério, no âmbito da Tradição da Igreja. Concluído o Jubileu, sinto ainda mais intensamente o dever de indicar o Concílio como *a grande graça de que se beneficiou a Igreja no século XX*: nele se encontra uma bússola segura para nos orientar no caminho do século que se inicia⁷⁵.

Retornemos – depois da evocação das Encíclicas que constituem a “trilogia trinitária” do Papa, de algumas Alocuções ligadas ao Sínodo de 1985 e das Cartas Apostólicas relativas ao Jubileu do ano “dois mil” – ao texto do *Discurso aos Cardeais*, objeto de nossa análise. Aí, após reafirmar, em sintonia com a sua primeira Mensagem *Urbi et Orbi*, ser a coerente aplicação do Vaticano II a principal tarefa de seu pontificado, São João Paulo II, assinalando o significado desse Concílio para a Igreja em seu momento atual, prossegue dizendo:

O Concílio elaborara, de fato, e apresentara a toda a Igreja uma visão “complexiva” das tarefas que haviam de realizar-se no contexto do laço recíproco e duma dependência orgânica, servindo-se, evidentemente, de

74 TMA 36.

75 NMI, 57.

métodos múltiplos e tendo à disposição a própria perspectiva teológica e histórica⁷⁶.

Na tentativa de adentrar-nos um pouco mais no conteúdo do passo citado – sem dúvida, extremamente sintético e denso – parece-nos justo observar que a visão conciliar das tarefas indicadas à Igreja do nosso tempo é, como diz o Papa, *uma visão “complexiva”*⁷⁷ e, portanto, não *setorial* ou *parcial*. E – se não nos enganamos – trata-se, segundo ele, de uma visão “complexiva”, “integral”, seja na perspectiva sincrônica da vida da Igreja, seja na sua perspectiva diacrônica. Com efeito, trata-se de uma visão que, baseando-se no Evangelho e na Tradição, oferece “o esqueleto de toda a “práxis” cristã contemporânea, a práxis do Povo de Deus”⁷⁸; mas ao mesmo tempo e, precisamente, porque baseada no Evangelho e na Tradição, trata-se de uma visão que supõe o “ensinamento “integral” do Concílio – “integral”, isto é, entendido à luz de toda a Santa Tradição e com base no Magistério constante da Igreja mesma”⁷⁹. Ora, do que se disse até aqui, parece decorrer que, segundo a ótica papal, a coerente aplicação do Concílio Vaticano II requer:

- um empenho de atuação global e orgânico que exorcisme qualquer tendência seletiva ocupada, segundo a própria preferência, numa atuação apenas parcial do Concílio, ainda mais que as tarefas indicadas pelo Concílio à Igreja contemporânea não de realizar-se, diz o Papa, “no contexto do laço recíproco e duma dependência orgânica”⁸⁰;
- uma leitura do Concílio no seio da Tradição viva da Igreja e, portanto, alheia quer ao “conservadorismo” quer ao “progressismo”⁸¹;
- e, enfim, um simultâneo empenho de *ortodoxia* e *ortopráxis*, pois o Concílio, à Igreja, indica quer uma *doutrina*, quer, com base nela, uma *práxis*; o Concílio, fruto da ação do Espírito Santo e expressão de sua fala à Igreja hodierna, forma, seja a *consciência cristã*, seja, a partir dela, o *agir cristão*⁸².

76 *Discurso aos Cardeais*, n. 4, 1050.

77 O texto original diz: “*Nam Concilium enucleavit et coram tota Ecclesia explicavit “universum quendam conspectum munerum”, quae perficienda sunt secundum ordinem vinculorum mutuum et ordinatae coniunctionis...*”

78 *Ibid.*, n. 7, 1052.

79 *Ibid.*, n. 6, 1051.

80 *Ibid.*, n. 4, 1050.

81 O Santo Padre, no Discurso aos Cardeais, aqui comentado, refere-se – como já foi observado, mais acima, na nota 21 – a estes dois desvios do reto caminho da atuação do Concílio, sem, porém, fazer uso das expressões “conservadorismo” ou “progressismo”. Estas expressões, todavia, ele as utiliza em sua carta, de 8 de abril de 1988, ao Cardeal Ratzinger, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, em que trata, precisamente, dessas duas tendências do atual momento pós-conciliar. Mais adiante, tornaremos a esta questão.

82 Este requisito de atuação do Concílio era já bastante sentido pelo então Cardeal Wojtyła, como transparece em sua obra “FONTES DA RENOVACÃO. Estudo sobre a prática do Concílio Vaticano

Diz ainda o Papa que a visão “complexiva” das tarefas a realizar no momento atual, o Concílio a elaborou e apresentou a toda a Igreja, “servindo-se de métodos múltiplos e tendo à disposição a própria perspectiva teológica e histórica”⁸³. Além do recurso a uma multiplicidade de métodos, afirma-se a existência, no Concílio, de uma perspectiva teológica e de uma perspectiva histórica, que podem, acompanhando o Santo Padre, ser assim delineadas:

- A perspectiva *teológica*! Tal perspectiva, que é determinada pela fé, São João Paulo II, apoiando-se no terceiro e último parágrafos do n. 24 da *Gaudium et spes*, identifica-a com “a aspiração à união dos homens, como “filhos de Deus unidos na verdade e na caridade””⁸⁴. Tal aspiração, como declara ainda o Santo Padre, “não deixa de ser uma perspectiva de toda a vida e missão da Igreja, tanto no interior da sua própria comunhão, como fora dela”⁸⁵.

- A perspectiva *histórica*! Tal perspectiva – que exige atenção à situação concreta do homem e do mundo, em cada momento da história e, por conseguinte, supõe a leitura atenta dos “sinais dos tempos” – caracteriza-se, no Concílio e na hora atual do pós-Concílio, pela atenção ao homem contemporâneo, a todos e a cada um que vivem o momento presente da história; ela supõe um empenho constante e sempre renovado, para se estar bem a par da “situação” de tal homem, situação esta que abrange ainda suas possibilidades, as ameaças que sofre e suas dificuldades⁸⁶. Esta perspectiva

II” [cito a edição brasileira, publicada em 1985 pelas “Edições Loyola”, comparando-a, porém, com a italiana, publicada em 1981 pela *Libreria Editrice Vaticana* com o título “ALLE FONTI DEL RINNOVAMENTO. *Studio sull'attuazione del Concilio Vaticano Secondo*”; recordamos que a edição original, publicada pela “Associação Teológica Polonesa” é de 1972]. Com efeito, o próprio modo como Wojtyła articula a sua obra revela um empenho de fidelidade ao Concílio, sensível à *ortodoxia* e à *ortopraxis*, atendo-se à formação da consciência e do agir cristão. De fato, a obra, além da *Introdução* e da *Conclusão*, compreende *Três Partes* assim distribuídas: a primeira, dedicada ao “significado fundamental da iniciação conciliar”, constitui uma ampla introdução à análise proposta nas duas seguintes, que tratam, respectivamente, da “formação da consciência” e da “formação das atitudes”. Ele mesmo, reassumindo, no início da terceira parte o itinerário percorrido e a percorrer, assim se expressa: “... no presente estudo procuramos focalizar tanto o significado fundamental da iniciação conciliar, quanto os caminhos mais detalhados desta iniciação que, como já sublinhamos várias vezes, deve levar ao aprofundamento e ao enriquecimento da fé. *O enriquecimento da fé se exprime nos indivíduos e nas comunidades mediante a consciência e a atitude*. Por este motivo, desenvolvemos as nossas considerações, primeiro sob o aspecto da formação da consciência do homem crente, seguindo a doutrina do Concílio; agora queremos conduzi-las mais adiante, considerando o aspecto das atitudes através das quais o enriquecimento “conciliar” da fé deve exprimir-se” (p. 157, na edição brasileira; p. 183, na italiana).

83 O texto latino reza: “...*adhibendo etiam, ut patet, multiples methodos adque semper propria visione theologica et histórica*”.

84 *Discurso aos Cardeais*, n. 5, 1050.

85 *Ibid.*, n. 5, 1050.

86 No n. 14 da *Redemptor hominis* lê-se: “Sendo portanto este homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência quotidiana, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da “situação” de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar

histórica, São João Paulo II a vê assegurada, isto é, sempre de novo atingida, no fato de que “Jesus Cristo indica sempre à Igreja, e na nossa época de modo particular, mediante a voz do Concílio, a via para o homem, para todos os homens, e neste sentido, o homem torna-se, em Cristo, dalgum modo a via da Igreja”⁸⁷. Recorda ainda o Santo Padre que foi, precisamente, este fato, que possibilitou atingir sempre de novo a perspectiva histórica da missão da Igreja, que ele se permitiu pôr em evidência, na Encíclica *Redemptor hominis*⁸⁸.

Convém ressaltar ainda, no tocante ao significado do Vaticano II e de sua aplicação para a Igreja contemporânea, os dois pontos seguintes: - a ligação simbólica e bastante original que o Papa estabelece entre o Concílio e a obra de sua aplicação, e a árvore da vida de que fala o livro do Gênesis; - o fato de que o seu empenho prioritário, empenho sempre renovado, em favor da coerente aplicação do Vaticano II se nutre da seguinte convicção de fé: a obediência ao Concílio é obediência ao Espírito Santo e vice-versa. Consideremos, brevemente, cada um dos pontos:

• À árvore da vida, de que fala o livro do Gênesis, São João Paulo II liga, simbolicamente, de um modo, bastante original e sugestivo, o Concílio e a obra de sua aplicação. Diz que, na sua profunda realidade, a obra de aplicação do Concílio “está simbolizada naquela árvore da vida, com que o homem quebrou uma vez a relação, por meio do pecado original (cf. Gn 3,1-7), árvore que mediante Cristo, começou de novo a desenvolver-se muito na história da humanidade”⁸⁹. E prossegue, declarando que “o Concílio não se aplicou tanto a desvelar diante de nós o eterno mistério deste desenvolvimento, quanto a mostrar antes, de modo, insolitamente, penetrante, a sua época contemporânea”⁹⁰. O Concílio constitui, portanto, para a nossa época atual, um marco imprescindível, pois encerra o que o Espírito, neste determinado momento histórico, diz à Igreja. É isto, em suma, o que vem afirmado pelo Santo Padre, no passo que segue imediatamente o último citado⁹¹. Tal passo, que citaremos um pouco mais adiante, nos introduz, já naquele outro ponto a que nos propusemos ressaltar, ou seja, naquela convicção de fé, segundo a qual, obedecer ao Concílio é obedecer ao Espírito.

cônsua, outrossim, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que “a vida humana se torne cada vez mais humana” (cf. GS 38; Paulo VI, *Populorum Progressio*, 21) e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cônica de tudo aquilo que é contrário a um tal processo de nobilitação da vida humana”.

87 *Discurso aos Cardeais*, n. 5, 1050.

88 Cf. *Ibid.*, n. 5, 1050.

89 *Ibid.*, n. 5, 1051.

90 *Ibid.*, n. 5, 1051.

91 Cf. *Ibid.*, n. 5, 1051.

• A obediência ao Concílio é obediência ao Espírito Santo e vice-versa. Esta convicção de fé constitui a raiz nutriente do cotidiano e prioritário empenho do Papa, em favor da coerente aplicação do ensinamento e diretrizes do Concílio Vaticano II. Trata-se de uma convicção afirmada e reafirmada, com ênfase singular⁹². São João Paulo II a expressa, no Discurso aos Cardeais, que estamos considerando, quando, depois de afirmar que o Concílio, de modo insolitamente penetrante, mostra-nos sobretudo o momento contemporâneo da história da salvação, desencadeada pelo Cristo na história humana, prossegue, dizendo: “Por isso, a obediência à doutrina do Concílio Vaticano II é obediência ao Espírito Santo, que é dado à Igreja, para recordar a cada época da história tudo o que o próprio Cristo disse, para ensinar à Igreja todas as coisas (cf. Jo 14,26)...”⁹³.

Como se vê, o Santo Padre afirma que “a obediência à doutrina do Concílio Vaticano II é obediência ao Espírito Santo”. Também a recíproca é verdadeira! Pois o texto continua dizendo: “... A obediência ao Espírito Santo exprime-se na autêntica realização das tarefas indicadas pelo Concílio, em pleno acordo com o ensinamento nele proposto”⁹⁴.

Do seio da convicção de fé que acabamos de considerar, emerge ainda este outro dado básico e fundamental: a obediência que se deve ao Espírito Santo é a *obediência da fé*. Por conseguinte, ao Concílio – que encerra o que o Espírito, no atual momento histórico, diz à Igreja e, assim, lhe assinala (à Igreja), a atual etapa histórica de sua autorrealização – se deve também uma *resposta de fé*.

Uma *resposta de fé!* Eis, segundo o Papa, a chave para a compreensão do pensamento do Concílio e de todos os esforços para realizá-lo. Na ótica papal, com efeito, ao se falar da atuação do Concílio, trata-se, em síntese, precisamente e apenas desta resposta⁹⁵. Que se toque aqui o cerne da questão, o ponto focal da visão do Papa, a base de sua fundamental intuição, no tocante ao incansável empenho de promover a coerente atuação do Vaticano II, comprova-o a Alocução que pronunciou durante o *Angelus Domini* de 24 de novembro, justamente no dia da inauguração da Assembleia Extraordinária

92 Veja-se, por exemplo, *DetV 26*, referido mais acima. Veja-se também, mais acima, as considerações relativas à Alocução do *Angelus Domini*, de 6.10.1985, na qual sublinha o Santo Padre ser o Concílio obra do Espírito Santo, seu “principal protagonista”.

93 *Ibid.*, n. 5, 1051.

94 *Ibid.*, n. 5, 1051.

95 Ao Concílio... uma *resposta de fé!* É esta a ótica que já se manifesta na obra do então Cardeal Wojtyła, “FONTES DA RENOVACÃO...”. Na sua Introdução, ele assim se expressa: “A consciência da dívida com o Concílio está unida à necessidade de uma ulterior resposta. É a fé que exige tal resposta; a fé, de fato, por sua essência, é uma resposta à Palavra de Deus, àquilo que o Espírito diz à Igreja. Por conseguinte, quando se fala da atuação do Concílio, trata-se em síntese, precisamente, e apenas desta resposta” (p. 10, na edição brasileira; p. 12, na italiana). Já outra passagem da mesma Introdução, em que se sublinha, igualmente, a resposta da fé que se deve ao Concílio, foi por nós brevemente comentada; veja-se, mais acima.

do Sínodo dos Bispos, por ele convocada para repensar o Concílio e sua aplicação, no vigésimo aniversário de seu encerramento.

Da referida Alocução importa citar, não obstante a sua extensão, a passagem que segue (citaremos-la, intercalando algumas pausas):

O enriquecimento e o aprofundamento da fé são motivos dominantes do magistério conciliar, e formam o pressuposto para a execução prática desse magistério, do qual se pode dizer que eles são o fruto imediato⁹⁶.

E o Papa prossegue, calcando seu discurso sobre um passo da *Dei Verbum*, relativo à fé e referindo-se ainda a outros passos do Concílio, nos quais se indica a responsabilidade que, no campo da fé, recai sobre os membros do Povo de Deus, especialmente sobre os Bispos, sacerdotes e pais:

... “A Deus que se revela é devida a obediência da fé; pela fé, o homem entrega-se total e livremente a Deus, oferecendo... o obséquio pleno da inteligência e da vontade e prestando voluntário assentimento à Sua revelação” (*Dei Verbum*, 5). Estas expressões sintetizam, de modo eficaz, a dinâmica da fé, como ato que empenha as livres faculdades do homem em resposta à ação de Deus, e estão coligadas à Constituição dogmática *Dei Filius*, do Concílio Vaticano I.

Ao reafirmar esta doutrina, o Vaticano II não deixa de determinar tarefas, deveres, responsabilidades que competem aos membros do Povo de Deus, neste campo fundamental, de modo particular aos Bispos (cf. *Christus Dominus*, 12), aos colaboradores da ordem episcopal (cf. *Presbyterorum Ordinis*, 6) e a todos os que desempenham funções educativas, a começar pelos pais (cf. *Inter Mirifica*, 10).

Horizonte vastíssimo, aquele que se abre pelo Concílio a respeito da fé!⁹⁷.

O texto continua, ligando ao Concílio o “Ano da Fé”, promovido por Paulo VI, e reafirmando ser a fé “o princípio básico, o cerne, o critério essencial” para a atuação do Concílio:

Conexa com a história e a índole do Concílio é a celebração do “Ano da Fé”, querida pelo grande Pontífice Paulo VI, em coincidência com o XIX centenário do martírio dos Apóstolos Pedro e Paulo, e culminada com a solene profissão, conhecida como “Credo do Povo de Deus”. A fé é o princípio basilar, o cerne, o critério essencial do renovamento

96 Alocução do *Angelus Domini*, de 24.11.1985, n. 2 in *InsGPII VIII*, 2 (1985) 1375.

97 *Ibid.*, n. 2, 1375s.

querido pelo Concílio. Da fé derivam a norma moral, o estilo de vida, a orientação prática em todas as circunstâncias⁹⁸.

Finalmente, o augúrio a fim de que o Sínodo, contribuindo no processo de incremento e aprofundamento da fé, represente um momento privilegiado do pós-Concílio, empenhado em fazer amadurecer os frutos do Vaticano II:

Com a ajuda de Deus, com a luz do Espírito Santo e com a proteção da Virgem, o Sínodo poderá ser um válido contributo ao enriquecimento, ao incremento e ao aprofundamento da fé, e representar por isso um momento privilegiado no amadurecimento dos frutos do Concílio⁹⁹.

Deixemos, enfim, apenas assinalado, que parece de grande importância – para se colher em profundidade a citada Alocução papal e sua intuição de pôr o enriquecimento e o aprofundamento da fé, como princípios basilares e pressupostos da execução prática e coerente do Concílio – fazer recurso à citada obra “Fontes da Renovação” do Cardeal Wojtyła e, mais precisamente, à sua primeira parte e, em particular, ao primeiro dos quatro capítulos que compõem esta parte¹⁰⁰. Nesse capítulo, que se intitula “Postulado do enriquecimento da fé”, ele procura esclarecer como e em que sentido na base da atuação do Vaticano II, ou seja, da renovação conciliar, é preciso colocar o princípio e postulado do enriquecimento da fé¹⁰¹.

Mas... tornemos ao Discurso aos Cardeais, considerando agora a importância que aí se atribui ao terceiro e último parágrafo de GS 24.

2.2 O terceiro e último parágrafo de GS 24: uma fórmula capaz de unir em si todos e cada um dos esforços que formam a obra de aplicação do Concílio

Na sua primeira Mensagem ao mundo, aos 17 de outubro de 1978, São João Paulo II apontou, como linha diretriz prioritária e fundamental de seu pontificado, a fidelidade ao Concílio e o empenho em atuá-lo. No quadro desta linha diretriz, ele afirmou, na mesma ocasião, a intenção de privilegiar o setor eclesiológico, enfatizando então a necessidade de se retomar nas mãos

98 *Ibid.*, n. 3, 1376.

99 *Ibid.*, n. 3, 1376.

100 Os quatro capítulos que compõem esta primeira parte, dedicada ao significado fundamental da iniciação conciliar, são: Cap. I. “Postulado do enriquecimento da fé”; Cap. II. “Fé como dom de Deus e atitude consciente do homem”; Cap. III. “Fé e diálogo”; Cap. IV. “Consciência da Igreja como fundamento da iniciação conciliar”.

101 Cf. Karol WOJTYŁA, *FONTES DA RENOVAÇÃO. Estudo sobre a prática do Concílio Vaticano II*, tr., Edições Loyola, São Paulo 1985, 15-18.

a *Lumen gentium* – a “Magna Charta conciliar” – a fim, dizia ele, de “uma renovada e corroborada meditação sobre a natureza e a missão, sobre o modo de ser e de operar da Igreja, não só para realizar cada vez melhor aquela comunhão vital, em Cristo, de todos quantos n’Ele esperam e creem, mas também com a intenção de contribuir para mais ampla e mais íntima unidade de toda a família humana”¹⁰². O Papa recordava, em seguida, expressamente, a doutrina conciliar que ensina ser a Igreja, em Cristo, sacramento universal de salvação e de unidade para o gênero humano, referindo-se em nota aos principais textos do Concílio que a expressam, ou seja, aos nn. 1 e 48 da Constituição dogmática *Lumen gentium* e ao n. 1 do Decreto *Ad gentes*¹⁰³. Nestes textos, na doutrina por eles expressa e na consciência eclesiológica que deles emerge, o Santo Padre oferecia, sem dúvida, a “chave de leitura” para se avaliar, em profundidade, a sua intenção de, no quadro do empenho em favor da coerente aplicação do Concílio Vaticano II, privilegiar o setor da eclesiologia e a sua consequente exortação a que se retomasse a *Lumen gentium*, em vista de uma renovada e corroborante meditação sobre a natureza e a missão da Igreja¹⁰⁴.

Já no Discurso aos Cardeais, que estamos analisando, ele oferece, em convergência certamente com a “chave de leitura” acima referida, outra “chave de leitura” para a compreensão de seu empenho em favor da obra de atuação do Concílio. Depois de evocar aos Cardeais aquela sua primeira Mensagem *Urbi et Orbi*, reafirmando o teor da mesma, isto é, declarando que a principal tarefa de seu pontificado continuava a ser a coerente aplicação do ensinamento e diretrizes do Vaticano II, São João Paulo II prossegue, não referindo-se diretamente, como talvez fosse de se esperar em tal contexto de evocação de sua primeira Mensagem ao mundo, à *Lumen gentium* e aos passos do Concílio, que veiculam o tema da Igreja “sacramento universal de salvação e de unidade para o gênero humano”, mas centrando-o no seguinte passo do n. 24 da Constituição pastoral *Gaudium et spes*: “Quando o Senhor Jesus pede ao Pai “que todos sejam uma só coisa como nós somos uma coisa só” (Jo 17,21-22), abre perspectivas inacessíveis à razão humana e sugere-nos que existe certa semelhança entre a união das Pessoas divinas e a união dos filhos de Deus, na verdade e na caridade”¹⁰⁵.

102 Mensagem “*Urbi et Orbi*”, de 17.10.1978 in *Ins.GPII I* (1978) 6.

103 Cf. *Ibid.*, nota 4, p. 6.

104 Veja-se, no cap. I de nossa tese, citada, o item “2.1 – Centralidade da Eclesiologia”, 22ss.

105 *Immo Dominus Iesus*, quando *Patrem orat ut omnes unum sint...*, *sicut et nos unum sumus* (Jo 17,21-22), *prospectus praebens humanae rationi impervios, aliquam similitudinem innuit inter unionem personarum divinarum et unione filiorum Dei in veritate et caritate* (GS 24). Cf. *Discurso aos Cardeais*, n. 5, 1050.

Uma vez citada a passagem da *Gaudium et spes* em que colhe o Papa a chave, diríamos “antropológica”¹⁰⁶, para a leitura da atuação coerente do Concílio, chave estreitamente ligada àquela outra, “eclesiológica”, enfatizada em sua primeira Mensagem *Urbi et Orbi*, pois a união dos homens como “união dos filhos de Deus, na verdade e na caridade” (GS 24) não pode deixar de ser a constante aspiração da Igreja, que “em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1; cf. LG 48 e AG 1), uma vez citada, dizíamos, a passagem da *Gaudium et spes*, São João Paulo II continua, aprofundando-lhe assim as implicações.

Salienta, antes de tudo, a relevância que tem para a vida e a missão da Igreja, *ad intra* e *ad extra*, a união dos homens, concebida como união dos filhos de Deus, na verdade e na caridade: “A aspiração à união dos homens, como “filhos de Deus unidos na verdade e na caridade”, não deixa de ser uma perspectiva de toda a vida e a missão da Igreja, no interior da sua própria comunhão como fora dela, na extensão de cada “círculo do diálogo”, como lhe chamou o Papa Paulo VI na primeira Encíclica do seu pontificado”¹⁰⁷.

Reconhece em seguida que, “no estado da existência humana terrestre”, tal aspiração à união na verdade e na caridade não pode deixar de ser, como todos se dão bem conta, “a aspiração à verdade em que devemos encontrar-nos, reciprocamente, como também a aspiração à caridade mediante a qual devemos unir-nos reciprocamente”¹⁰⁸.

Declara ainda que foi neste sentido, sobretudo, ou seja, tendo em vista tal perspectiva de toda a vida e missão da Igreja, a aspiração à união dos homens, como filhos de Deus unidos na verdade e na caridade; aspiração que, no estado de *homo viator*, é aspiração à verdade e à caridade, que ele se permitiu “pôr em evidência, na Encíclica *Redemptor hominis*, que Jesus Cristo indica sempre à Igreja, e na nossa época, de modo particular, mediante a voz do Concílio, a via para o homem, para todos os homens, e neste sentido o homem torna-se em Cristo, de algum modo, a via da Igreja”¹⁰⁹. Em uma palavra! Foi tendo presente a *perspectiva teológica* da fé, ou seja, “a aspiração à

106 Se chamamos “antropológica” a esta chave de leitura” é porque nela se põe em evidência a união dos homens como “filhos de Deus na verdade e na caridade”. Mas ela é também “crisológica”, pois trata-se da união, na verdade e na caridade, dos homens como filhos de Deus; ora, é no Filho que se é filho. Reside aí, igualmente, a razão de ser ela também “pneumatológica”, uma vez que é no Espírito que, tornados filhos no Filho, exclamamos: “Abbá, Pai” (cf. Rm 8,15-16 e Gl 4,6; Jo 1,12 e 1Jo 3,1-2). Ela é ainda “teológica”, enquanto modelo supremo da união dos homens, “como filhos de Deus unidos na verdade e na caridade”, é a união das Pessoas divinas entre si. E, enfim, ela é “eclesiológica”, se se tem presente ser a Igreja sacramento daquela união; com efeito, ela “em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 11).

107 *Discurso aos Cardeais*, n. 5, 1050.

108 *Ibid.*, n. 5, 1050.

109 *Ibid.*, n. 5, 1050.

união dos homens como “filhos de Deus unidos na verdade e na caridade”¹¹⁰, que ele pôs em evidência, na *Redemptor hominis*, o princípio que assegura à Igreja o atingir sempre de novo a *perspectiva histórica* da sua missão, ou seja, o princípio, segundo o qual, o homem torna-se em Cristo a via da Igreja, à qual Cristo indica sempre a via para o homem, para todos os homens¹¹¹.

Chama a atenção, enfim, para a *consociação*, na missão da Igreja, das perspectivas *histórica e teológica*. O fato de tornar-se o homem em Cristo a via da Igreja consente que se atinja “sempre de novo a *perspectiva histórica* da missão da Igreja”¹¹². Mas tal perspectiva “para nós se une com a perspectiva teológica da fé, uma vez que a cada homem e a todos os homens foi indicada aquela “união na verdade e na caridade”, isto é, a unidade espiritual ligada à dignidade “de filhos de Deus”¹¹³.

E, finalmente, coroando a densa argumentação acima exposta, formula de modo incisivo a seguinte conclusão: “É, portanto necessário, fazer com que essa fórmula sintética, que nos deixou o Concílio, na sua Constituição pastoral, uma verdadeiramente, em si, todos e cada um dos esforços que formam a obra de aplicação do Concílio”¹¹⁴.

Encerremos, enfim, esse item, apelando para a Homilia pronunciada pelo Santo Padre, na solenidade de Cristo Rei, aos 24 de novembro, durante a Santa Missa de abertura da Assembleia extraordinária do Sínodo dos Bispos, por ele convocada e dedicada ao Vaticano II¹¹⁵. Aí, ele nos diz ainda uma palavra, sobre a estreita convergência que existe entre as duas mencionadas “chaves de leitura” – a “eclesiológica”, apoiada em *LG 1* e a “antropológica”, baseada em *GS 24* –, com as quais ele nos abre o acesso ao seu empenho em favor da aplicação do Concílio. A Homilia, com efeito, ele a encerra com uma dupla citação que evoca, ligando-os, o n. 24 da *GS* e o n. 1 da *LG*:

Na Constituição pastoral *Gaudium et spes* lemos: “o Senhor Jesus, quando pede ao Pai que todos sejam uma coisa só (Jo 17,21-22), *abrindo-nos perspectivas* inacessíveis à razão humana, ou melhor, divinas, sugere-nos que há uma certa semelhança entre a união das Pessoas divinas e aquela dos filhos de Deus *na verdade e na caridade*” (*GS 24*).

Procuremos, durante o Sínodo, situar-nos exatamente nestas perspectivas. E que nelas se una conosco a Igreja Inteira!

110 *Ibid.*, n. 5, 1050.

111 A respeito deste princípio, veja-se o Cap. II de nossa tese, citada, especialmente o seu item “3.2.3 – Binômio Igreja-homem: o homem é a “primeira e fundamental via da Igreja”, perita em humanidade”, 79ss.

112 *Discurso aos Cardeais*, n. 5, 1050.

113 *Ibid.*, n. 5, 1050s.

114 *Ibid.*, n. 5, 1051.

115 Cf. *Homilia durante a Santa Missa com a qual se inaugura o Sínodo Extraordinário dos Bispos*, aos 24.11.1985 in *Ins. GP II VIII*, 2 (1985) 1368-1373.

São, afinal, as *perspectivas do Reino* que é proclamado com a Solenidade deste dia.

Enquadrada nestas perspectivas divinas, a Igreja revela-se tal como a viram os Padres do Concílio, em Cristo: “como *um sacramento* ou um sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1).

A razão para se coligar estes dois passos conciliares citados, as duas “chaves” do ingresso na obra de aplicação do Concílio, São João Paulo II a encontra no próprio Concílio Vaticano II. Este, de fato, ligou organicamente, à sua doutrina eclesiológica, a doutrina antropológica; associou de um modo orgânico, ao seu ensino sobre a Igreja – sobre o que ela é em Cristo –, o ensino sobre a vocação do homem em Cristo. A Igreja e o homem, o Concílio os contempla e associa em Cristo. Portanto, na Cristologia, a Eclesiologia e a Antropologia se amalgamam de modo indissolúvel. É isto, em suma, o que parece dizer este outro passo da Homilia do Papa, na qual, depois de referir-se à verdade acerca da “realeza” do homem, acerca da dignidade que o homem alcançou em Jesus Cristo, assim se expressa:

O mesmo Concílio que nos deu uma doutrina eclesiológica tão rica, ligou organicamente o seu ensino sobre a Igreja ao ensino sobre a vocação do homem em Cristo. E por causa desta revelação, pôde dizer-se que “o homem é a via da Igreja”, exatamente pelo motivo de que a Igreja segue Cristo, o qual é para todos os homens “a via, a verdade e a vida” (Jo 14,6).

Pode-se dizer então, que na ótica de São João Paulo II, cujo pontificado encontrou-se prioritariamente orientado para a coerente aplicação do Concílio, as “chaves” “eclesiológica” e “antropológica” desta aplicação se enraizam e se coligam na “chave” “cristológica”. Testemunha-o a *Redemptor hominis*, sua primeira e programática Encíclica, ao indicar, na polarização para Cristo, o modo como prosseguir na herança conciliar¹¹⁶. Demonstra-o o fato de se poder decifrar, na interação dos binômios *Cristo-Igreja*, *Cristo-homem* e *Igreja-homem*, as “linhas de força” daquela fundamental Encíclica de São João Paulo II¹¹⁷.

Mas... tornemos de novo ao Discurso aos Cardeais, cuja análise estamos conduzindo. Trata-se agora de, em novo item, considerar que em tal Discurso, insiste o Santo Padre a respeito da necessidade de se

116 Veja-se nossa tese, citada, item “3 – O modo de prosseguir: na polarização para Cristo”, pp. 48s. Veja-se Tarcisio NASCENTES DOS SANTOS, *Introdução ao discurso antropológico do Papa João Paulo II (GS 22 e GS 24 no Programa de seu Pontificado)* in *Coletânea* 8 (2005), p. 207s.

117 Veja-se nossa tese, citada, item “3.2 – Três binômios em recíproca interação”, pp. 50ss. Veja-se também o artigo acima citado, pp. 208-226.

trilhar o caminho reto da aplicação do Vaticano II, único capaz de servir à unidade e à força espiritual da Igreja e, também, à obra do ecumenismo, alertando ao mesmo tempo acerca daquelas propostas, “conservadorismo” e “progressismo”, que deste caminho se desviam.

2.3 “Conservadorismo” e “Progressismo”: duas propostas que afastam do reto caminho da aplicação conciliar, o único que pode servir à unidade e à força espiritual da Igreja e, além disso, à obra ecumênica

“Conservadorismo” e “Progressismo” são duas posições extremadas, entre si contrárias, revelando-se, cada uma delas no seu gênero, como desvios do reto caminho de aplicação do Vaticano II.

Embora sem fazer uso de tais expressões, as propostas reprovadas pelo Papa no Discurso aos Cardeais são, sem dúvida alguma, as indicadas por tais expressões, numa linguagem que, não sem ambiguidades, já se tornou comum¹¹⁸. Ele reprova seja os que pretendem levar a Igreja como que a retroceder na história, ignorando o Vaticano II (Conservadorismo)¹¹⁹; seja os que pretendem como que levar a Igreja para o futuro, com a pretensão de agir em nome do Concílio, mas com propostas, que, desvinculando o Vaticano II de toda Tradição e do Magistério constante da Igreja, na realidade não se baseiam no seu ensinamento “integral” (Progressismo)¹²⁰.

O Santo Padre, consciente de que “na autêntica realização das tarefas indicadas pelo Concílio, em pleno acordo com o ensinamento nele proposto” se exprime “a obediência ao Espírito Santo”¹²¹, adverte para o “grande e múltiplo dever” decorrente do “imperativo da aplicação prática do Concílio”, que “requer vigilância contínua acerca do caráter autêntico de todas as iniciativas, que serão compreendidas nessa aplicação”¹²². Ele insiste

118 Observe-se, porém, que as referidas expressões, São João Paulo II as utiliza em sua Carta, de 8 de abril de 1988, ao Cardeal Ratzinger, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, na qual trata, precisamente, destas duas tendências do pós-Concílio. Ele aí põe em relevo que a Tradição viva da Igreja – uma sua sã compreensão, que inclui, em seu seio, o legítimo progresso – exclui quer o “conservadorismo” quer o “progressismo”. Veja-se o texto da mencionada Carta, em tradução portuguesa, in *L'Osservatore Romano* (edição semanal em português), de 17.04.1988, primeira página. Uma referência a esta Carta, com breve comentário, encontra-se em B. KLOPPENBURG, *Progressismo e conservadorismo* in *Jornal do Brasil*, de 2.12.1988.

119 Ele, de fato, diz: “Não se podem tratar estes deveres (refere-se às tarefas indicadas pelo Concílio) como se não existissem. Não se pode ter a pretensão de levar a Igreja a retroceder, para assim nos exprimirmos, no longo decurso da história da humanidade” (*Discurso aos Cardeais*, n. 5, 1051).

120 À reprovação expressa na nota anterior segue-se esta outra: “Mas também não se pode correr com presunção para diante, para formas de viver, de entender e de pregar a verdade cristã, enfim para modos de se ser cristão, sacerdote, religioso ou religiosa, que não se baseiam no ensinamento “integral” do Concílio – “integral”, isto é, entendido à luz de toda a Santa Tradição e com base no Magistério constante da Igreja mesma” (*Ibid.*, n. 5, 1051).

121 *Ibid.*, n. 5, 1051.

122 *Ibid.*, n. 6, 1051.

então sobre a necessidade de a Igreja, comunidade viva dos filhos de Deus, unidos na verdade e no amor, “fazer grande esforço, neste período, *para entrar no caminho reto da aplicação do Vaticano II*” e, portanto, “afastar-se das propostas contrárias (refere-se, naturalmente, às duas propostas ou desvios acima ventilados), cada uma das quais se revela, no seu gênero, como afastamento deste caminho”¹²³.

Ele sublinha ainda a importância eclesial e ecumênica da reta aplicação conciliar, declarando que só “a obediência honesta e sincera ao Espírito de verdade” e, por conseguinte, só o caminho reto de aplicação do Vaticano II, uma vez que a obediência ao Espírito se exprime na autêntica realização do Concílio, “pode servir à unidade e ao mesmo tempo à força espiritual da Igreja”; só tal caminho – prossegue ele – “pode, além disso, *servir a obra do ecumenismo*, isto é, aquela renovada unidade que, numa primeira acepção, entendemos como união mediante a caridade, mas que, mais em profundidade, entendemos depois também como gradual encontro na plenitude da verdade, com todos aqueles que, juntamente conosco, creem em Cristo”¹²⁴.

O Santo Padre salienta, enfim, seja a importância fundamental que tem “o caminho da união interna da Igreja, do Povo de Deus” para a obra de evangelização, enquanto só este caminho “pode servir à obra da evangelização, isto é, a manifestação efetiva a todos os homens daquela verdade e vida, que é o próprio Cristo”¹²⁵; seja ainda o fato de que, esta união na verdade e na caridade, ou seja, como esclarece em outro momento, “a unidade espiritual ligada à dignidade ‘de filhos de Deus’”, “é exigência especial nos nossos tempos, também porque neles nos encontramos com a negação desta verdade e com a radical dúvida sobre o Evangelho e a religião em geral”¹²⁶.

Passemos, enfim, a acompanhar o Santo Padre enquanto indica aos Cardeais três condições para a renovação da Igreja no espírito do Evangelho, isto é, no espírito do Vaticano II, que, “baseando-se no Evangelho e na Tradição, formou... o esqueleto de toda a práxis cristã contemporânea, a **práxis do Povo de Deus**”.

2.4 Três condições para a renovação da Igreja no espírito do Vaticano II

As três condições apontadas são: um correto conceito e exercício da liberdade na Igreja; um contínuo crescimento da solidariedade seja *ad intra* seja *ad extra*; uma autêntica conversão para Deus.

123 *Ibid.*, n. 6, 1051s.

124 *Ibid.*, n. 6, 1052.

125 *Ibid.*, n. 6, 1052.

126 *Ibid.*, n. 6, 1052.

2.4.1 Um correto conceito e exercício da liberdade na Igreja

São João Paulo II manifestou-se sempre muito sensível e atento a este fundamental valor humano, a esta “condição e base da verdadeira dignidade da pessoa humana”, que é a liberdade¹²⁷. Um significativo testemunho de sua atenção e sensibilidade oferece-nos, por exemplo, a *Redemptor hominis*: especialmente no n. 12, intitulado “Missão da Igreja e liberdade do homem”; no n. 17, dedicado aos direitos humanos, entre os quais “inere-se, e justamente, o direito à liberdade religiosa ao lado do direito da liberdade de consciência”¹²⁸; e ainda num belo e denso parágrafo do n. 21, onde se expõe o verdadeiro conceito de liberdade, que não pode ser considerada “fim para si mesma”. Outro testemunho de seu apreço e empenho em favor da verdadeira liberdade nos dá o *Discurso aos Cardeais* que estamos examinando, em que ele atribui ao conceito verdadeiro de liberdade e ao correto uso da mesma, na Igreja, um papel de singular importância na sua renovação, segundo o espírito do Vaticano II. Vejamos, então, o que nos ensina o Papa sobre a liberdade no *Discurso aos Cardeais*, mas tendo presente a *Redemptor hominis*.

Antes de tudo, põe em relevo que “o Concílio, seguindo as palavras do Senhor, deseja servir o desenvolvimento desta liberdade, a liberdade dos filhos de Deus, que, especialmente nos nossos tempos, tem grande significado, pois somos testemunhas de muitas formas de opressão do homem, incluindo as opressões de sua consciência e do seu coração”¹²⁹. Na *Redemptor hominis*, por sua vez, depois de enfatizar “o caráter comprometedor” da verdade revelada, o “grande sentido de responsabilidade” exigido em seu confronto, e, enfim, que “a Igreja, por instituição de Cristo, dela é guardiã e mestra, sendo precisamente para isso dotada de uma singular assistência do Espírito Santo, a fim de poder guardá-la fielmente e ensiná-la na sua mais exata integridade (cf. Jo 14,26)”¹³⁰; depois – dizíamos – de recordar com ênfase a missão da Igreja de fiel guardiã e transmissora da verdade divina, o Santo Padre, apoiando-se na *Declaração conciliar sobre a Liberdade Religiosa*, aponta, quanto ao desempenho de tal missão, para o exemplo do próprio Cristo, primeiro evangelizador, e de seus Apóstolos, Mártires e Confessores. Observa, com efeito, que a referida Declaração do Concílio “pôs a claro, de modo bem convincente, como Cristo e, em seguida, os seus Apóstolos, ao anunciarem a verdade que não

127 Cf. *Ibid.*, n. 7, 1052.

128 RH 17. No Magistério de São João Paulo II se destaca, sem dúvida alguma, o empenho em favor do direito à liberdade religiosa, cuja violação constitui “injustiça radical em relação àquilo que é particularmente profundo no homem e em relação àquilo que é autenticamente humano” (RH 17). Quanto aos principais textos do Papa relativos à liberdade religiosa, no âmbito do primeiro ano de pontificado, veja-se Roger HECKEL, *La Libertà Religiosa. Testi di Giovanni Paolo II (Ottobre 1978 – Novembre 1979)*, Città del Vaticano 1980, pp. 42. Trata-se do terceiro opúsculo da série *Insegnamenti Sociale di Giovanni Paolo II*, publicada sob os cuidados da então Pontificia Comissão *Iustitia et Pax*.

129 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1052.

130 RH 12.

provém dos homens, mas sim de Deus (“a minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou” (Jo 7,16), isto é, do Pai), embora agindo com todo o vigor do espírito, conservam uma profunda estima pelo homem, pela sua inteligência, pela sua vontade, pela sua consciência e pela sua liberdade”. E prossegue: “De tal modo, que a própria dignidade da pessoa humana torna-se conteúdo daquele anúncio, mesmo sem palavras, mas simplesmente através do comportamento em relação à mesma pessoa livre”¹³¹. Tal comportamento, respeitoso da liberdade da pessoa humana, parece-lhe ainda “corresponder às necessidades particulares do nosso tempo”. Ele nota, enfim, que à Igreja cabe, por força de sua divina missão, ser guardiã e mestra desta liberdade, condição e base da verdadeira dignidade da pessoa humana; tanto mais que, como adverte o Santo Padre, “nem em tudo aquilo que os vários sistemas e também homens singulares veem e propagam como liberdade está de fato a verdadeira liberdade do homem”¹³².

Esta última citação acena a concepções de liberdade que não se coadunam com a verdadeira liberdade do homem. Tal inadequação é ainda claramente denunciada neste outro passo da *Redemptor hominis*: “Nos nossos tempos, algumas vezes julga-se, erroneamente, que a liberdade é fim para si mesma, que cada homem é livre na medida em que usa da liberdade como quer, e que para isto se deve tender na vida dos indivíduos e das sociedades”¹³³. Também no *Discurso aos Cardeais* refere-se ele a uma errônea concepção de liberdade: “Muitas vezes a liberdade da vontade e a liberdade da pessoa são entendidas como direito de fazer toda a espécie de coisas, como direito de não aceitar nenhuma norma como dever, que obriguem durante a vida inteira, por exemplo, os deveres provenientes das promessas matrimoniais ou da ordenação sacerdotal”¹³⁴.

Ora, Cristo não nos ensina tais interpretações e tais exercícios da liberdade. Ao contrário! Aos olhos d’Ele, a liberdade se atua *na adesão à verdade; na orientação para o verdadeiro bem; na caridade, que é doação e serviço*; ela se expressa, enfim, *na existência vivida “em espírito e verdade”*¹³⁵. Eis a autêntica liberdade! E, como recorda-nos o Papa, “foi para tal liberdade “que Cristo nos libertou” (Gl 5,1; cf. *ibid.* 13) e nos liberta sempre”¹³⁶. Anunciar Cristo é, portanto, anunciar a verdadeira liberdade. Assim, a Igreja – ao anunciá-Lo, ao anunciar o mistério da Redenção, no qual “a plena verdade sobre a liberdade humana acha-se profundamente gravada” – torna-se mestra e guardiã da verdade concernente à própria liberdade. Por

131 RH 12.

132 RH 12.

133 RH 21.

134 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1053.

135 Cf. RH 12, em que se alude a Jo 4,23s e se transpõe o tema do culto em espírito e verdade para o da vida em espírito e verdade. Cf. RH 21 e o n. 7 do *Discurso aos Cardeais*.

136 RH 21.

consequente, “a Igreja, como diz o Santo Padre aos Cardeais, deve guardar no coração e na consciência de todos os seus filhos e filhas e, também, se é possível, no coração e na consciência de cada homem, a verdade da liberdade mesma”¹³⁷. A Igreja “presta verdadeiramente um serviço à humanidade, quando tutela esta verdade, com infatigável aplicação, com amor ardente e com diligência maturada; e, ainda, quando, em toda a própria comunidade, através da fidelidade à vocação de cada um dos cristãos... a transmite e a concretiza na vida humana”¹³⁸.

A verdade sobre a liberdade humana, da qual é guardiã e transmissora a Igreja, é, naturalmente, aquela ensinada por Cristo. No início do parágrafo anterior, sublinhamos os elementos, que, segundo o ensinamento d’Ele, caracterizam a autêntica liberdade, ou seja: a liberdade atua na adesão à verdade; a liberdade tende para o verdadeiro bem; a liberdade atua plenamente no amor, que é doação e serviço; a liberdade se expressa, enfim, na existência vivida “em espírito e verdade”. Vejamos, mais de perto, cada um deles:

- A liberdade atua na adesão à verdade!

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (Jo 8,32). Palavras evocadas por São João Paulo II, quer no *Discurso aos Cardeais*, quer na *Redemptor hominis*, em que ele recorda também, como uma ulterior confirmação daquelas palavras, estas outras com as quais Jesus responde a Pilatos: “Para isto é que eu nasci e para isto é que eu vim ao mundo: para dar testemunho da verdade” (Jo 18,37)¹³⁹.

Nas palavras de Jesus, contidas em Jo 8,32, o Santo Padre colhe “uma exigência fundamental e, ao mesmo tempo, uma advertência”. Elas, de fato, encerram “a exigência de uma relação honesta para com a verdade, como condição de uma autêntica liberdade”; e, além disso, “a advertência para que seja evitada qualquer verdade aparente, toda liberdade superficial e unilateral, toda liberdade que não compreenda, cabalmente, a verdade sobre o homem e sobre o mundo”¹⁴⁰.

São palavras – aquelas de Cristo! – que conservam sempre o seu valor e atualidade, pois é munido delas que Ele vai ao encontro do homem de todas as épocas. Tal perene atualidade, o Papa a sublinha com este magnífico passo: “Ainda hoje, depois de dois mil anos, Cristo continua a aparecer-nos como Aquele que traz ao homem a liberdade baseada na verdade, como Aquele que liberta o homem daquilo que limita, diminui e como que espedaça essa

137 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1052s.

138 RH 21.

139 Cf. *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1052s; RH 12.

140 RH 12.

liberdade nas próprias raízes, na alma do homem, no seu coração e na sua consciência”¹⁴¹.

- A liberdade tende para o verdadeiro bem!

É um erro, como adverte o Pontífice, julgar ser a liberdade “fim para si mesma”¹⁴² ou considerá-la como “direito de fazer toda a espécie de coisas”¹⁴³ ou ainda como “direito de não aceitar nenhuma norma nem dever, que obriguem durante a vida inteira”¹⁴⁴. A liberdade, ao contrário, “só é um grande dom – salienta o Papa – quando dela sabemos usar conscientemente, para tudo aquilo que é o verdadeiro bem”¹⁴⁵. “A liberdade de cada homem – insiste o Santo Padre – cria deveres, requer o pleno respeito da hierarquia dos valores, está potencialmente orientada para o Bem sem limites, para Deus”¹⁴⁶.

- A liberdade se atua plenamente no amor, que é doação e serviço!

Na *Redemptor hominis*, São João Paulo II recorda ensinar Cristo que a caridade, que se realiza no dom e no serviço, é o melhor uso da liberdade, sendo “para tal liberdade que “Cristo nos libertou” (*Gl* 5,1; cf. *ibid.* 13) e nos liberta sempre”¹⁴⁷. Consoante este ensinamento, ele parece ver no ideal de vida religiosa, por exemplo, uma peculiar expressão de tal uso da liberdade; com efeito, afirma que a liberdade “encontra a sua plena realização na doação, sem reservas, de toda a própria pessoa humana, em espírito de amor esponsal a Cristo e, com o mesmo Cristo, a todos aqueles aos quais Ele envia homens e mulheres que a Ele são totalmente consagrados, segundo os conselhos evangélicos”¹⁴⁸.

Este estreito e determinante ligame entre liberdade, amor e doação de si, é também vivamente sublinhado no *Discurso aos Cardeais*, no qual, mais uma vez, emerge a grande importância atribuída por São João Paulo II ao n. 24 da *Gaudium et spes* ou, mais precisamente, ao seu terceiro e último parágrafo. Eis o passo no qual põe em relevo o referido ligame:

A liberdade aos olhos de Cristo não é, primeiro que tudo, “liberdade de” mas é “liberdade para”. O uso pleno da liberdade é o amor, em particular o amor mediante o qual o homem se dá a si mesmo. O homem, de fato,

141 *RH* 12.

142 Cf. *RH* 21.

143 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1053.

144 *Ibid.*, n. 7, 1053.

145 *RH* 21.

146 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1053.

147 *RH* 21.

148 *RH* 21.

como lemos no mesmo capítulo da *Gaudium et spes*, “não pode realizar-se plenamente senão pelo dom sincero de si mesmo” (n. 24)¹⁴⁹.

● A liberdade se expressa, enfim, na existência vivida “em espírito e verdade”!

Aludindo a Jo 4,23s, o Santo Padre transpõe o tema do culto em espírito e verdade para o da vida em espírito e verdade, afirmando que Cristo não cessa de ser – quer diante do Pai, quer em relação à história do homem – “o porta-voz e advogado do homem que vive “em espírito e em verdade” (cf. Jo 4,23)”¹⁵⁰.

Acabamos de expor a interpretação e o exercício da liberdade que, segundo o Papa, devem “encontrar-se na base de toda a obra de renovação” da Igreja segundo o espírito conciliar¹⁵¹. Com efeito, “só o homem, que entende e exerce a sua liberdade do modo indicado por Cristo, abre a alma para a obra do Espírito Santo, que é o Espírito de verdade e amor”¹⁵². O Santo Padre assinala, enfim, depender da autêntica afirmação da liberdade dos filhos de Deus, seja “a grande obra das vocações sacerdotais, religiosas e matrimoniais”, seja “o efetivo progresso ecumênico”, seja “todo o testemunho cristão, isto é, a participação dos cristãos na causa de fazer com que o mundo se torne mais humano”¹⁵³.

2.4.2 Um contínuo crescimento da solidariedade *ad intra* e *ad extra*

A segunda condição da renovação da Igreja, conforme o espírito evangélico e conciliar é constituída “por um contínuo *crescimento da solidariedade*, isto é, do amor comunitário (social), quer no interior da Igreja, quer em relação com todos os homens, sem atender às confissões ou convicções”¹⁵⁴. O incremento, portanto, de uma solidariedade que se deve realizar *ad intra* e *ad extra*, e que ao realizar-se “fora” da Igreja não conhece fronteiras.

Apelando para o testemunho oferecido pelas atividades de dois Organismos da Santa Sé, a então Comissão *Iustitia et Pax*¹⁵⁵ e o então Conselho

149 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1053.

150 *RH* 12.

151 *Discurso aos Cardeais*, n. 7, 1053.

152 *Ibid.*, n. 7, 1053.

153 *Ibid.*, n. 7, 1053.

154 *Ibid.*, n. 8, 1053.

155 Quanto ao processo de instituição da Comissão *Iustitia et Pax*, processo até certo ponto ligado àquele da instituição do Pontifício *Consilium pro Laicis*, tem-se: Terminado o Vaticano II, o Papa Paulo VI – secundando o Concílio, que, na GS 90, auspiciava “a criação de algum organismo da Igreja universal, incumbido de estimular a comunidade católica na promoção do progresso das regiões necessitadas e da justiça social entre as nações”, constituía um especial grupo de estudos, a fim de refletir sobre o auspicado organismo. Ao mesmo tempo, instituiu uma comissão pós-conciliar para estudar o melhor modo de atuar as deliberações conciliares contidas no n. 26 do Decreto *Apostolicam actuositatem*. Baseando-se nas conclusões dos dois grupos de trabalho, iniciou seu empenho um comitê provisório, instituído pelo Papa, aos 7 de julho de 1966, com o encargo de dar orgânica execução a quanto fora

*Cor Unum*¹⁵⁶, o Santo Padre reconhece que, em favor da solidariedade, especialmente daquela que se desenvolve *ad extra*, “muito se fez no último período”¹⁵⁷. Naturalmente, “a possibilidade que tem a Igreja de oferecer

decidido ou auspiciado nos documentos conciliares AA e GS. E aos 6 de janeiro de 1967, com a *Litterae apostolica motu proprio datae Catholicam Christi Ecclesiam*, Paulo VI instituiu o Conselho de Laícos e a Pontifícia Comissão *studiorum*, a *Iustitia et pace appellatum*: dois organismos distintos, mas unidos através de uma única direção no vértice (cf. *Litterae apostolica motu proprio datae Catholicam Christi Ecclesiam* in EV 2, 956-960). Finalmente, aos 10 de dezembro de 1976, Paulo VI, com duas Cartas apostólicas em forma de *motu proprio* – *Apostolatus peragendi* e *Iustitiam et pacem* – estabelecia um novo e definitivo ordenamento do Concílio de Laícos (que passava então a chamar-se *Pontificium Consilium pro Laicis*) e da Pontifícia Comissão *Iustitia et pax* (cf. EV 5, 2155-2182). Observamos ainda que, com a Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, de 28.6.1988, o Organismo passou a chamar-se *Pontificium Consilium de Iustitia et Pace*. Entre as principais Mensagens de São João Paulo II, dirigidas à então Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax*, salientamos a de 11.11.1978 in *Ins.GPII I* (1978) 132-135, a de 9.2.1980 in *Ins.GPII III*, 1 (1980) 351-356, e a de 14.11.1980 in *Ins.GPII III*, 2 (1980) 1168-1172. Note-se, enfim, que, mais recentemente, aos 17 de agosto de 2016, na Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio*, com a qual institui o DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL, o Papa Francisco afirma: “Em todo o seu ser e agir, a Igreja está chamada a promover o desenvolvimento integral do homem à luz do Evangelho. Este desenvolvimento tem lugar mediante o cuidado dos bens incomensuráveis da justiça, da paz e da proteção da criação”. Em seguida, justificando a oportunidade da criação no novo Dicastério, declara: “O Sucessor do Apóstolo Pedro, na sua obra a favor da afirmação de tais valores [justiça, paz e proteção da criação], adapta continuamente os organismos que colaboram com ele, para que possam atender melhor às exigências dos homens e mulheres a quem estão chamados a servir”; e acrescenta: “Portanto, a fim de implementar a solicitude da Santa Sé nos âmbitos mencionados, bem como com aqueles relacionados com a saúde e as obras de caridade, instituo o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral”. Tal organismo – observa Francisco – “terá competências de modo particular nas áreas relacionadas com as migrações, com os necessitados, os enfermos e excluídos, os marginalizados e as vítimas dos conflitos armados e desastres naturais, os encarcerados, os desempregados e as vítimas de qualquer forma de escravidão e de tortura”; e, em continuidade, determina: “No novo Dicastério, regido pelo Estatuto que aprovo *ad experimentum* em data hodierna, confluirão, a partir do dia 1 de janeiro de 2017, as competências dos atuais Conselhos indicados em seguida: o Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, o Pontifício Conselho “Cor Unum”, o Pontifício Conselho para Pastoral dos Migrantes e Itinerantes e o Pontifício para Pastoral no Campo da Saúde. Nesta data, estes quatro Dicastérios cessarão as suas funções e serão suprimidos, ficando renovados os artigos 142-153 da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*” (cf. *L’Osservatore Romano*, edição semanal, de 1.9.2016, p. 9).

156 Instituído por Paulo VI, aos 15 de julho de 1971, com a Carta *Amoris officio*. Foi nomeado presidente do novo dicastério, o primeiro que levava o título de conselho pontifício, o então secretário de Estado, o Cardeal Jean Villot (cf. *Epistula Amoris officio* in EV 4, 1059-1066). A denominação do dicastério – *Cor Unum* –, que descreve as características da primitiva comunidade cristã, procede da Sagrada Escritura (cf. At 4,32). Para concretizar o sentido desta nova instituição se acrescentou: “para a promoção humana e cristã”. Paulo VI cumpriu assim um desejo dos padres conciliares do Concílio Vaticano II, que pediam “um plano diocesano, nacional e mundial” para as ajudas que a Igreja oferece (GS 88). As três primeiras Mensagens de São João Paulo II endereçadas aos participantes deste Organismo, reunidos por ocasião de sua Assembleia Geral, são, respectivamente, a de 28.11.1978 in *Ing.GPII I* (1978) 233-235, a de 27.10.1979 in *Ins.GPII II*, 2 (1979) 971-975, e a de 5.11.1981 in *Ins.GPII IV*, 2 (1981) 562-565. Conforme observado na nota anterior, também o Pontifício Conselho *Cor Unum*, com a reforma promovida pelo Papa Francisco, passou a integrar o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral.

157 *Discurso aos Cardeais*, n. 8, 1053.

contribuições econômicas, para as múltiplas e diferenciadas necessidades materiais, nos diversos pontos da terra, é limitada¹⁵⁸.

O Papa, porém, ocupa-se sobretudo da solidariedade *ad intra*, sublinhando que a “solidariedade *ad extra* da Igreja requer solidariedade *ad intra*¹⁵⁹”. Com efeito, no âmbito da grande comunidade que é a Igreja, “não falta quem sofra estreitezas materiais” e “não faltam também os que sofrem opressão e perseguição¹⁶⁰”. Refere-se, especialmente, aos que sofrem pela fé, privados do fundamental direito à liberdade religiosa. As necessidades de ambas as categorias – os que sofrem miséria e os que sofrem pela fé – o Santo Padre mostrou-se sempre sensível. Todavia, seu pontificado, sem negligenciar a solidariedade para com os que sofrem estreitezas materiais, caracterizou-se, desde o início, por uma enérgica peroração em prol do direito à liberdade religiosa, cuja violação constitui “injustiça radical em relação àquilo que é especialmente profundo no homem¹⁶¹”, e pelo esforço quotidiano a fim de que, no interior da Igreja, se incrementasse sempre mais uma especial solidariedade em favor daqueles seus membros que são oprimidos e perseguidos por causa da fé¹⁶².

São João Paulo II, de fato, reclamava da Igreja, no âmbito da solidariedade eclesial pelos que sofrem miséria e também pelos que sofrem pela fé, uma especial solidariedade para com estes últimos. Eloquentemente testemunha oferece-nos, por exemplo, este passo de seu Discurso aos Cardeais:

Em toda a comunidade católica, em cada Igreja local, deve crescer o sentido de uma *especial solidariedade* com esses nossos irmãos na fé, especialmente com os que pertencem a Igrejas do rito oriental, que não têm sequer existência legal. No mundo contemporâneo, onde a seu modo domina o sistema da troca de informações, é necessária – tanto no interior da Igreja como no exterior, diante da opinião mundial – a troca permanente das informações respeitantes quer aos que sofrem misérias quer aos que sofrem pela fé. Devem estes últimos sentir de

158 *Ibid.*, n. 8, 1053.

159 *Ibid.*, n. 8, 1054.

160 *Ibid.*, n. 8, 1054.

161 *RH* 17.

162 Já em 1971, por ocasião da segunda Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos, dedicada aos temas *De Sacerdotio Ministerialis* e *De Iustitia in mundo*, o então Cardeal Wojtyła – com uma intervenção *in sede responsionum* post *relationes circulatorum minorum De iustitia in mundo*, aos 30 de outubro, na XXX Congregação Geral – reclamava do Sínodo uma atenção à questão da liberdade de consciência e de religião não menor do que aquela dispensada à questão da pobreza e da miséria econômica. Eis o passo de sua intervenção: ... *Causam iustitia in mundo hodierno considerans, Synodus nullo modo postest minorem ostendere orientationem erga illum iustitiae aspectum, qui libertatem conscientiae et religionis spectat, quam erga illum, qui paupertatem et miseriam oeconomicam (Synodus Episcoporum, Acta II Coetus Generalis, Romae 1971, VII, 24-25).*

Salientemos ainda que a aguda sensibilidade que manifesta o Santo Padre em relação à liberdade de consciência e religiosa decorre seja da experiência direta que possui ele neste campo, seja de sua concepção entranhadamente “religiosa” do cristianismo. Veja-se, a este respeito, C. FOLCH GOMES, *A Encíclica Redemptor hominis in Liturgia e Vida* 152 (1979) 9-12.

modo especial que não estão abandonados no sofrimento, que toda a Igreja se lembra deles, pensa neles e reza por eles, que estão *no centro da atenção de todos* e não na periferia¹⁶³ (Ibid., n. 8).

Tendo presente, portanto, seja os membros pobres da Igreja seja aqueles oprimidos e perseguidos, o Santo Padre salientava que, no campo da solidariedade “ad intra”, “a Igreja “rica e livre” (se é possível exprimirmos assim) tem enormes dívidas e obrigações para com a Igreja “pobre e oprimida” (se também estes atributos se podem usar)”¹⁶⁴. E – baseando-se naquele “princípio fundamental da economia da salvação, segundo o qual o homem, que oferece aos outros, se salva a si mesmo”¹⁶⁵ – ele advertia ainda para a possibilidade de o remédio, para múltiplas dificuldades internas de algumas Igrejas locais e comunidades cristãs, encontrar-se precisamente na solidariedade para com os outros. “As dificuldades serão eficazmente vencidas quando essas Igrejas e comunidades começarem a servir os outros “na verdade e na caridade” (em certo sentido apartando o olhar de si mesmas)”¹⁶⁶. São João Paulo II observava, enfim, que o mencionado princípio da economia da salvação “interpreta, de modo mais simples, a função missionária da Igreja, e apresenta mesmo um postulado estimulante e, em certo sentido, um *imperativo missionário* para a nossa geração”; geração esta “a que a Providência confiou uma grande obra de renovação”¹⁶⁷. E a renovação interior da Igreja se beneficia, sem dúvida, com aquele sair de si e ir ao encontro dos outros que caracteriza a obra missionária, peculiar expressão de solidariedade eclesial”. Recordemos ainda que na Encíclica *Redemptoris Missio* sobre a validade permanente do mandato missionário, datada de 7 de setembro de 1990, São João Paulo II declarava: “Somente tornando-se missionária é que a comunidade cristã conseguirá superar divisões e tensões internas, e reencontrar a sua unidade e vigor de fé” (n. 49).

Encerremos, enfim, essas considerações, dedicadas à solidariedade eclesial “ad intra” e “ad extra” enquanto condição indicada pelo Santo Padre para a renovação da Igreja à luz do Vaticano II, salientando com São João Paulo II que “solidariedade quer dizer sobretudo devida compreensão e depois ação adequada, não com base naquilo que julga aquele que ajuda, mas

163 Discurso aos Cardeais, n. 8, 1054. Encontrávamo-nos em 1979 e, portanto, a 10 anos de distância daqueles eventos que, em 1989, assinalaram a “crise do marxismo” e a queda de tantos regimes totalitários, especialmente na Europa oriental. Se a situação hodierna, em tantos pontos da terra, explica a aguda sensibilidade do Papa para com os que sofrem pela fé, privados do fundamental direito à liberdade religiosa; com muito maior razão a explicava aquela de ontem.

164 *Ibid.*, n. 8, 1054.

165 *Ibid.*, n. 8, 1054.

166 *Ibid.*, n. 8, 1054.

167 *Ibid.*, n. 8, 1054s.

com base naquilo que corresponde às necessidades reais de quem é ajudado e à sua dignidade”¹⁶⁸ (Ibid., n. 8)

2.4.3 Uma autêntica conversão para Deus

Eis, segundo São João Paulo II, a *conditio sine qua non* da renovação da Igreja auspiciada pelo Vaticano II, a palavra de ordem da qual vem toda a vitalidade da Igreja, o fator a cujo incremento é diretamente proporcional a realização por parte da Igreja de sua missão. Afirma, com efeito, o Papa:

A renovação da Igreja, segundo o “programa” esplêndido que propôs o Concílio Vaticano II, não pode estar no seu esqueleto fundamental (nem também nas suas manifestações concretas) senão *numa autêntica conversão para Deus*, medida pelas exigências do nosso tempo. A chamada para a conversão (“metanoiete”), isto é, para a penitência, é não só a primeira palavra do Evangelho, mas também a sua palavra constante e insubstituível. Desta palavra vem toda a vitalidade da Igreja. A Igreja encontra-se tanto mais plenamente *in statu missionis*, isto é, tanto mais plenamente realiza a sua missão, quanto mais se converte para Deus. E só mediante tal autoconversão, se torna ela mais poderosa como centro da conversão dos homens e do mundo para o Criador e Redentor¹⁶⁹.

É fundamental e decisivo, portanto, para a renovação da Igreja no espírito conciliar, que se instaure e sempre mais se incremente, entre os confessores de Cristo, o espírito de penitência e a dinâmica da conversão. E se a diminuição bastante generalizada dos esforços fundamentais que testemunham tal espírito e dinâmica deve, como nota o Santo Padre, constituir fonte de inquietação¹⁷⁰, ao mesmo tempo, porém, como salienta ainda o Papa, “é necessário... agradecer a Deus com alegria por tudo aquilo que manifesta o autêntico “sopro do Espírito”, pelo despertar da necessidade de oração e da vida sacramental, especialmente da participação na Eucaristia, pelo regresso profundo à Sagrada Escritura, pelo aumento, ao menos em algumas regiões, das vocações sacerdotais e religiosas, por tudo isto, que se pode definir como “despertar espiritual”¹⁷¹.

Este “despertar espiritual”, com os fenômenos que o testemunham e são tão necessários à Igreja e à humanidade, deve ser custodiado e fomentado com especial cuidado¹⁷². Dele necessita a Igreja. Mas também a humanidade,

168 *Discurso aos Cardeais*, n. 8, 1054.

169 *Ibid.*, n. 9, 1055.

170 Cf. *Ibid.*, n. 9, 1055.

171 *Ibid.*, n. 9, 1055.

172 Cf. *Ibid.*, n. 9, 1055s.

que – como constata o Papa, encerrando a parte central de seu Discurso aos Cardeais – “vai tomando cada vez melhor consciência dos maus resultados a que leva o materialismo contemporâneo nas suas múltiplas manifestações”¹⁷³.

Conclusão

A aplicação coerente do Vaticano II, a centralidade do mistério de Cristo e a atenção à antropologia cristã marcaram intensamente o pontificado de São João Paulo II. Tendo presente este pano de fundo e sempre guiados pelo próprio Pontífice, revisitamos seu esforço de reta aplicação do Concílio Vaticano II, salientando ainda que para ele, o terceiro e último parágrafo da *Gaudium et spes* 24 constitui, de certo modo, **expressão da obra de aplicação do Concílio e resumo da antropologia cristã**. Esta última percepção papal – GS 24: resumo da antropologia cristã não constituiu, porém, no presente artigo, objeto de direta consideração¹⁷⁴.

Neste momento conclusivo, vamos simplesmente recolher e elencar os elementos que se foram evidenciando ao longo de nosso percurso.

1. A aplicação coerente do Concílio Vaticano II constituiu, para São João Paulo II, a principal tarefa de seu pontificado, a sua linha diretriz fundamental.

2. Tal aplicação, segundo ele, se deve realizar: sob o signo da polarização para Cristo e, por conseguinte, numa perspectiva cristocêntrica; sob o signo da união orgânica entre o teocentrismo e o antropocentrismo e, por conseguinte, na superação mediante o cristocentrismo, de qualquer tendência a separá-los ou mesmo a contrapô-los; sob o signo da fidelidade ao Espírito Santo e, por conseguinte, sob o signo do discernimento, a fim de não se atribuir ao Espírito o que porventura provenha do “príncipe deste mundo”.

3. Consciente de que o Concílio Vaticano II é, antes de tudo, obra do Espírito Santo, seu “principal protagonista” e, portanto, de que Ele, o Espírito, durante e mediante o evento conciliar, falou à Igreja, no seu atual momento histórico, de modo particularmente expressivo e decisivo, São João Paulo II tinha consciência de:

- Constituir o Concílio a fonte da qual é necessário, incessantemente recomençar, sendo através do caminho traçado pelo Vaticano II e sempre à escuta de quanto nele o Espírito disse às Igrejas (cf. Ap 2,7.11.17.26; 3,5.13), que dizia: “a Igreja de hoje quer prosseguir o seu caminho para o Terceiro Milênio da história, no meio dos homens e juntamente com eles”.

- Ser a dívida para com o Concílio uma dívida para com o Espírito

173 *Ibid.*, n. 9, 1056.

174 Sobre a GS 24 e sua singular importância para a antropologia cristã, no pensamento de São João Paulo II, remetemos à nossa tese, citada, 221ss e ao nosso artigo, citado, in *Coletânea* 8 (2005) 226ss.

Santo e vice-versa e, portanto, uma dívida que deriva da fé e reclama uma resposta de fé, estando especialmente obrigados à consciência dessa dívida aqueles Bispos que no Concílio tomaram parte.

- Ter sido a sua experiência de Padre conciliar uma singular graça. Tal experiência exerceu um peso não insignificante no fato de constituir o Vaticano II, desde a preparação, nas várias etapas do desenvolvimento, e depois na fase dos empenhos aplicativos, o pano de fundo, o clima, o centro inspirador dos seus pensamentos e de sua atividade pastoral, quer enquanto Bispo de Cracóvia, quer enquanto Bispo de Roma e Supremo Pastor da Igreja. O seu foi um ministério episcopal forjado no Concílio e pelo Concílio!

- Ser a obediência ao Concílio obediência ao Espírito Santo e vice-versa. De tal convicção de fé, da qual se nutre o seu prioritário empenho em favor da coerente aplicação do Vaticano II, emerge que, sendo a “*obediência da fé*” aquela que se deve ao Espírito Santo, também ao Concílio, que encerra o que o Espírito, no atual momento histórico, diz à Igreja, assinalando-lhe, desse modo, a sua atual etapa histórica de autorrealização, se deve uma *resposta de fé*.

4. Na ótica papal, pois, ao se falar da atuação do Concílio, trata-se, em síntese, precisamente e apenas dessa resposta de fé. Assim, na base da atuação do Vaticano II, ou seja, da renovação conciliar, é preciso colocar o princípio e postulado do enriquecimento da fé.

5. O Papa é consciente de ser “uma visão ‘complexiva’”, aquela conciliar relativa às tarefas indicadas à Igreja contemporânea e de sê-lo, quer na perspectiva sincrônica da vida da Igreja (uma visão, com efeito, que, baseando-se no Evangelho e na Tradição, oferece “o esqueleto de toda a “práxis” cristã contemporânea, a práxis do Povo de Deus), quer na sua perspectiva diacrônica (uma visão que, precisamente, porque baseada no Evangelho e na Tradição, supõe o “ensinamento “integral” do Concílio; “integral”, isto é, entendido à luz de toda a Santa Tradição e com base no Magistério constante da Igreja mesma”). Consciente disso, a ótica papal, para a coerente aplicação do Vaticano II requer: um empenho de atuação global e orgânico, que exorcise qualquer tendência seletiva ocupada numa atuação apenas parcial do Concílio; uma leitura do Concílio no seio da Tradição viva da Igreja e, por conseguinte, alheia seja ao “conservadorismo” seja ao “progressismo”, tendências estas que afastam do reto caminho da aplicação conciliar o único que pode servir à unidade e à força espiritual da Igreja e, além disso, à obra ecumênica; e, enfim, um empenho simultâneo de ortodoxia e ortopraxis, pois o Concílio, à Igreja, indica quer uma doutrina, quer, baseada nesta, uma práxis.

6. “Uma visão “complexiva””, que, segundo o Santo Padre, o Concílio elaborou e entregou à Igreja, mediante uma multiplicidade de métodos e dispondo da própria perspectiva teológica e histórica. A perspectiva

teológica, que é determinada pela fé, o Santo Padre, apoiando-se no terceiro e último parágrafo de GS 24, a identifica com “a aspiração à união dos homens, como “filhos de Deus unidos na verdade e na caridade””, aspiração esta que não pode deixar de constituir a perspectiva de toda a vida e missão da Igreja, quer *ad intra* quer *ad extra*, pois ela, como amava sublinhar São João Paulo II, é, em Cristo, “como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). A perspectiva histórica, que exige atenção à situação concreta do homem e do mundo em cada momento da história, e, portanto, atenta leitura dos “sinais dos tempos”, o Papa a vê assegurada, isto é, sempre de novo atingida, no fato de que “Jesus Cristo indica sempre à Igreja, e na nossa época de modo particular, mediante a voz do Concílio, a via para o homem, para todos os homens, e neste sentido, o homem torna-se em Cristo, de algum modo, a via da Igreja”. Precisamente este fato, que possibilita atingir sempre de novo a perspectiva histórica da missão da Igreja, o Santo Padre, tendo sempre presente a mencionada perspectiva teológica, colocou-o em evidência na Encíclica *Redemptor hominis*.

7. Atento, pois, à consociação, na missão da Igreja, das referidas perspectivas histórica e teológica (a perspectiva histórica se une, com efeito, àquela teológica, uma vez que, como frisa o Papa, a cada homem e a todos os homens foi indicada aquela “união... na verdade e na caridade” (GS 24), isto é, a unidade espiritual ligada à dignidade “de filhos de Deus”), São João Paulo II concebe então a necessidade de se fazer com que a sintética fórmula do terceiro e último parágrafo de GS 24 una, verdadeiramente, em si, todos e cada um dos esforços que formam a obra de aplicação do Concílio.

8. Indica-nos, portanto, o Santo Padre, no referido passo de GS 24, uma importante “chave de leitura” da coerente atuação do Concílio. Tal “chave de leitura”, que podemos chamar “*antropológica*”, pois nela se põe em evidência a união dos homens como “filhos de Deus unidos na verdade e na caridade”, está estreitamente ligada a uma outra “chave de leitura” – a “*eclesiológica*” – pois a união dos homens como “união dos filhos de Deus, na verdade e na caridade” (GS 24) não pode deixar de ser a constante aspiração da Igreja, que “em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1).

9. A chave “*eclesiológica*”! São João Paulo II, desde o início de seu pontificado, manifesta, no âmbito de seu empenho em favor da coerente aplicação do Vaticano II, o propósito de privilegiar o setor *eclesiológico*. Tal propósito ele o manifesta, evocando LG 1 (e ainda LG 48 e AG 1) e, por conseguinte, o tema conciliar da Igreja qual “sacramento universal de salvação e de unidade para o gênero humano”. Assim, é à luz de tais textos conciliares, do tema por eles veiculado, da consciência *eclesiológica* que deles emerge,

que se pode e se deve avaliar o propósito papal de privilegiar a eclesiologia. Ora, daqueles textos emerge uma consciência eclesial ciente de que:

- se cabe à Igreja um “posto central” na economia da salvação, enquanto o mistério salvífico nela está centrado e por meio dela se exerce, o centro, porém, não é ela mas o Cristo, sendo em Cristo que a Igreja é o que é. É Cristo a Luz dos Povos, Luz que deve resplandecer na face da Igreja;

- a Igreja serve ao mistério salvífico, servindo à promoção da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Ela serve ao Cristo, Redentor do homem, e ao homem, carente da Redenção de Cristo. Serve a Deus e ao homem. Glorifica a Deus, servindo à salvação do homem;

- a Igreja é, por sua natureza, missionária, enviada por Deus a todas as gentes para ser “sacramento universal de salvação”. Portanto, ela é ela mesma, sendo enviada ao mundo; não podendo, por conseguinte, haver divisão, nem muito menos separação ou contraposição, entre *Ecclesia ad intra* e *Ecclesia ad extra*.

Lido, portanto, à luz de uma tal consciência de Igreja, o propósito papal de privilegiar o setor eclesiológico supõe a subordinação da centralidade eclesiológica àquela cristológica e, portanto, a consciência de ser a “cristofinalização” e, em Cristo, a “teofinalização” e a “antropofinalização”, e não a “eclesiofinalização”, a especificar a missão da Igreja.

10. Não só a chave “eclesiológica”, apoiada em LG 1, mas também aquela “antropológica”, baseada em GS 24, está enraizada em Cristo. Pode-se dizer então que na ótica de São João Paulo II, cujo pontificado esteve, prioritariamente, orientado para a coerente aplicação do Concílio, as chaves “eclesiológica” e “antropológica” desta aplicação se enraízam e se coligam na chave “cristológica”. Não o testemunha, porventura, a *Redemptor hominis*, cujas “linhas de força” a recíproca interação dos binômios Cristo-Igreja, Cristo-homem e Igreja-homem parece colher e decifrar? Note-se ainda a sintonia da ótica papal com aquela conciliar. Com efeito, a Igreja e o homem, o Concílio os contempla e associa em Cristo.

11. Enunciemos, enfim, as três condições indicadas pelo Santo Padre para a renovação da Igreja no espírito do Vaticano II. São elas: um correto conceito e exercício da liberdade na Igreja; o contínuo crescimento da solidariedade, *ad intra* e *ad extra*; uma autêntica conversão para Deus.

Referências

CAPRILE, G. *Il Sinodo dei Vescovi – Seconda Assemblea Straordinaria (25 novembre – 8 dicembre 1985)*, La Civiltà Cattolica, Roma 1986

CARDAROPOLI, Gerardo. *Un progetto pastorale in VV.AA.*, Cristo Redentore

dell'uomo – centro del cosmo e della storia (a cura di Gino Concetti), Massimo, Milano 1980, 334-355.

FOLCH GOMES, C. A *Encíclica Redemptor hominis* in *Liturgia e Vida* 152 (1979) 9-12.

GUTIÉRREZ GARCIA, J. L. *Sotto il Segno dell'eredità* in VV. AA., *Davanti alla Redemptor hominis – testimonianze apparse su L'Osservatore Romano*, Jaca Book, Milano 1979, 130-134.

HECKEL, Roger. *La Libertà Regiliosa. Testi di Giovanni Paolo II (Ottobre 1978 – Novembre 1979)*, Città del Vaticano 1980.

KASPER, W. *Il futuro della forza del Concilio. Sinodo straordinario dei vescovi 1985*. Documenti e commento, tr., Queriniana, Brescia 1986.

NASCENTES DOS SANTOS, T. *Introdução ao discurso antropológico de João Paulo II (GS 22 e GS 24 no programa do atual Pontífice)*. Thesis ad Docotoratum in S. Theologia totaliter edita Romae 1992.

_____. *Introdução ao discurso antropológico do Papa João Paulo II (GS 22 e GS 24 no Programa de seu Pontificado* in *Coletânea* 8 (2005), 207ss.

S. JOÃO PAULO PP II. *Mensagem Urbi et Orbi*, aos 17 de outubro de 1978, in *Insegnamenti di Giovanni Paolo II I* (1978) 4-12.

_____. Carta Encíclica *Redemptor hominis* (de 4.3.1979) in *Ins.GPII II*, 1 (1979) 550-609.

_____. Carta Encíclica *Dives in Misericordia* (de 30.11.1980) in *Ins. GPII III*, 2 (1980) 1483-1532.

_____. Carta Encíclica *Dominum et Vivificantem* (de 18.5.1986) in *Ins. GPII IX*, 1 (1986) 1470-1550.

_____. *Discurso aos Cardeais na abertura da reunião plenária do Sacro Colégio*, aos 6.11.1979 in *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1046-1058.

_____. *Alocução do Angelus Domini*” aos 4.11.1979 in *Ins.GPII II*, 2 (1979) 1036-1038.

_____. *Alocução do Angelus Domini*, aos 18.01.1986 in *Ins.GPII IX*, 1 (1986) 1634.

_____. *Alocução aos Cardeais convocando um Sinodo Extraordinário para celebrar o Vigésimo Aniversário de encerramento do Vaticano II*, aos 25.1.1985 in *L'Osservatore Romano (edição semanal em português)*, de 3.2.1985, p. 3.

- _____. *Alocução do Angelus Domini*, de 29.9.1985, in *Ins.GPII VIII*, 2 (1985) 802s.
- _____. *Alocução do Angelus Domini*, de 6.10.1985, in *Ins.GPII VIII*, 2 (1985) 883s.
- _____. *Homilia durante a Santa Missa com a qual se inaugura o Sínodo Extraordinário dos Bispos*, aos 24.11.1985, in *Ins.GPII VIII*, 2 (1985) 1368-1373.
- _____. *Carta ao Cardeal Ratzinger – Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé*, de 8.4.1988, in *L'Osservatore Romano* (edição semanal em português), de 17.4.1988, primeira página.
- _____. *Carta Apostólica Tertio Millennio Adveniente*, de 10.11.1994, in *Enchiridion Vaticanum*, 14 (1994-1995) 932ss.
- _____. *Carta Apostólica Novo Millennio Ineunte*, de 6.1.2001, in *Enchiridion Vaticanum*, 20 (2001) 16ss.
- WOJTYLA, K. *ALLE FONTI DEL RINNOVAMENTO. Studio sull'attuazione del Concilio Vaticano Secondo*, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano 1981.
- _____. *FONTES DA RENOVAÇÃO. Estudo sobre a prática do Concílio Vaticano II*, Edições Loyola, São Paulo 1985.

Artigo recebido em 02/09/2021 e aprovado para publicação em 22/09/2021

ISSN online 2763-6992

ISSN impresso 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v20i40-2021-2>

Como citar:

SANTOS, D. Tarcisio Nascentes dos. O Pontificado de São João Paulo II sob o signo da coerente aplicação do Vaticano II (O último parágrafo de GS 24: expressão da obra de aplicação do Concílio). *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 323-370, jul./dez. 2021. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br